



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 15 DE OUTUBRO DE 2019

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Delfim Neves

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Arlindo Barbosa

Eláccio da Marta

Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 15 minutos. Antes da ordem do Dia. – Procedeu-se à tomada de posse de Deputados substitutos à Assembleia Nacional.

A Mesa prestou alguns esclarecimentos aos Srs. Deputados e apresentou os Consultores para a 2.ª, 4.ª e 5.ª Comissão Especializada Permanente, respectivamente Celso Quaresma, Alberto Pereira e Conceição Deus Lima.

A propósito da ausência do técnico da Rádio Nacional, entrevistaram os Srs. Deputados António Barros (MLSTP/PSD), Aérton do Rosário (MLSTP/PSD), Arlindo Ramos (ADI) e o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (Wando Castro).

A Mesa procedeu ainda à leitura do Relatório de Actividades da 2.ª Sessão Legislativa.

Em declaração política, o Sr. Deputado Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD) referiu-se aos princípios democráticos e à situação política, económica e social do País. Também condenou os casos de violência doméstica e de violação de menores, enaltecendo a campanha de sensibilização «Laço Verde».

Ainda em declaração política, o Sr. Deputado Amaro Couto (MLSTP/PSD) ressaltou os esforços do Governo na resolução dos problemas que afectam o País.

No quadro da apresentação tardia da inscrição do Grupo Parlamentar do ADI, usaram da palavra os Srs. Deputados Deolindo da Mata (MLSTP/PSD), Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD), Ekneide Santos (ADI), Cílcio Santos (MLSTP/PSD), Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD) e Aérton do Rosário (MLSTP/PSD).

Por fim, em declaração política, o Sr. Deputado Ekneide Santos (ADI) criticou a situação política, económica e social do País e congratulou-se com a vitória dos atletas da Federação de Canoagem.

Em assunto de interesse político relevante, o Sr. Deputado Aérton do Rosário (MLSTP/PSD) criticou a interferência dos partidos políticos nas acções dos Deputados e referiu-se à questão da Justiça, relativamente ao Jornalista Óscar Medeiros.

Ainda em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo (MLSTP/PSD) abordou a questão partidária entre os jovens e apelou ao consenso. Felicitou o Governo pela conclusão da via de acesso ao Hospital Ayres Menezes, bem como a estrada de Oque-del-Rei.

Em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Paula Tavares (MLSTP/PSD) referiu-se às enxurradas em Lembá e às medidas adoptadas pelo Governo.

Igualmente, em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD) também falou da situação socio-económica do País e apelou ao trabalho e ao respeito à hierarquia.

Em assuntos de interesse político relevante, a Sra. Deputada Beatriz Azevedo (MCI) acusou a TVS por não passar as suas intervenções, e também falou sobre o aumento da doença mental e das más condições das estradas da zona Sul.

Também em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Levy Nazaré (ADI) abordou a questão da violação de menores e apelou a medidas para o seu desencorajamento.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Carlos Correia (ADI) falou das realizações do XVII Governo Constitucional e apelou às autoridades a uma maior atenção à Região Autónoma do Príncipe.

De igual modo, em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado António Barros (MLSTP/PSD) solidarizou-se com a família do Pastor preso na Costa do Marfim, e também e pediu ajuda ao Governo para a resolução dos problemas que enfermam a população do Príncipe.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Arlindo Ramos (ADI) felicitou a 1.ª Comissão Especializada da Assembleia, pela auscultação feita à família do Pastor, criticou a instalação do mercado na Marginal 12 de Julho e apelou à criação de um jardim.

Similarmente, em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Carlos Pinheiro (ADI) referiu-se à situação dos doentes hemodialisados em

Portugal, associando-se aos outros Deputados relativamente à situação do Príncipe.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Raúl Cardoso (MLSTP/PSD) apelou a coerência e consenso, enaltecendo os 10 meses de governação do Primeiro-Ministro Jorge Bom Jesus, e pediu ao Governo para encontrar outras alternativas para colmatar a rotura do stock de combustíveis.

Igualmente em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado José António Miguel (ADI) criticou a situação do País, particularmente quanto à falta de combustível, e Apelou às autoridades para procederem a esclarecimentos sobre as dívidas.

Em assuntos de interesse político relevante, o Sr. Deputado Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD) criticou o governo anterior, relativamente às dívidas, tendo também se associado aos demais Deputados, em relação à violência doméstica e abuso de menores.

O Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (Wuando Castro) prestou alguns esclarecimentos às Sras. e aos Srs. Deputados.

Ordem do Dia. – Foram aprovados, na generalidade, especialidade e em votação final global, os Projectos de Voto de Congratulação n.º 01/XI/2019 – Pelos resultados alcançados pela equipa são-tomense no Campeonato Juvenil Africano Sub 16 da Zona 4.3 em Xadrez; e n.º 02/XI/2019 – Que felicita os atletas Dulay da Conceição Triste e Roque Fernandes dos Ramos, pelos resultados conseguidos nos XII Jogos Africanos de Marrocos. Usaram da palavra os Srs. Deputados Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD), António Barros (MLSTP/PSD), José António Miguel (ADI) e Arlindo Ramos (ADI).

Foi aprovada, na generalidade, especialidade e em votação final global, a proposta de resolução n.º 27/XI/2.ª/2019 – Assentimento ao Presidente da República para autorizar a entrada e permanência no Porto de São Tomé do Navio da Marinha Portuguesa «SINES».

O Plenário aprovou, em votação final global, a proposta de lei n.º 5/XI/2.ª/2019 – Código do IVA, após a apresentação do relatório da 2.ª Comissão, pelo Deputado Maiquel Espírito Santo (MLSTP/PSD). Apresentaram declarações de voto os Srs. Deputados Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD), Amaro Couto (MLSTP/PSD) e Levy Nazaré (ADI).

De seguida, aprovou-se, em votação final global, o projecto de lei n.º 09/XI/2.ª/2019 – Lei das Precedências e do Protocolo do Estado, depois da leitura do relatório da 1.ª Comissão, pelo Deputado Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD).

Foi ainda aprovada, na generalidade, especialidade e em votação final global, a proposta de lei n.º 07/XI/2.ª/2019 – Autorização Legislativa sobre o Regime Jurídico dos Prestadores de Serviços e Operadores de Sistema de Pagamento Automático, após apresentação pelo Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares (Wuando Castro).

Mereceu também apreciação e aprovação, na generalidade, especialidade e votação final global, o projecto de resolução n.º 55/XI/2.ª/2019 – Acta da reunião sobre os Desafios da Justiça. Entrevieram, a diverso título, os Srs. Deputados Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD), que apresentou o parecer, Carlos Pinheiro (ADI), Amaro Couto (MLSTP/PSD), Carlos Correia (ADI), Arlindo Ramos (ADI), Domingos Boa Morte (ADI), Mário Rainho (ADI), Alexandre Guadalupe (ADI), Amaro Couto (MLSTP/PSD) e Cílcio Santos (MLSTP/PSD).

Por último, foi aprovado o projecto de resolução n.º 56/XI/2.ª/2019 – Autorização para o Sr. Deputado António Monteiro Fernandes prestar declarações na Procuradoria-Geral da República. Usaram da palavra os Srs. Deputados Deolindo da Mata (MLSTP/PSD), que apresentou o parecer, Beatriz Azevedo (MCI), Aérton do Rosário (MLSTP/PSD), Amaro Couto (MLSTP/PSD), Cílcio Santos (MLSTP/PSD) e Levy Nazaré (ADI).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 16 horas e 45 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 15 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem
Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos **Ramos**
Alexandre da Conceição Guadalupe
André Varela **Ramos**
Arlindo Quaresma dos **Santos**
Arlindo Ramos
Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento
Carlos Alberto Pires **Pinheiro**
Carlos Manuel Cassandra **Correia**
Carlos Manuel **Vila Nova**
Domingos José da Trindade **Boa Morte**
Ekneide Lima dos **Santos**
Flávio Pires **Mascarenhas** dos Ramos
Hamilton Jesus **Lavres**
Idalécio Augusto **Quaresma**
Jorge Sousa Ponte Amaro **Bondoso**
José António do Sacramento **Miguel**
Levy do Espírito Santo **Nazaré**
Mário Fernando de Jesus **Rainho**
Paulo Jorge Carvalho
Joaquim **Salvador Afonso**
Sebastião Lopes **Pinheiro**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Aérton do **Rosário** Crisóstomo
Amaro Pereira de **Couto**
Ana Isabel Meira **Rita**
António das Neves Sacramento **Barros**
Arlindo Barbosa Semedo
Aysa Fortes da **Silva**
Cílcio Sodjy da Vera Bandeira Pires dos **Santos**
Deolindo Luís da Trindade **da Mata**
Elákcio Afonso da Marta
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** D'Alva
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos
Hélder dos Santos Ceita **Joaquim**
Iazalde Lopes do Sacramento **Rita**
Italnísio Fernandes da Trindade **Rita**
José Rui Tavares **Cardoso**
Jaime Pires Sequeira de **Menezes**
Jerónimo Lima Pires **Quaresma**
Maiquel Jackson do Espírito **Santo**
Maurício Vera Cruz Afonso **Rita**
Manuel Vicente
Paula Maria Fonseca **Tavares**
Raúl do Espírito Santo **Cardoso**
Rosa Maria da Conceição **Mendes**

Coligação PCD/MDFM-UDD:

Arlindo Vicente **Carvalho**
Danilson Alcântara Fernandes **Cotú**
Delfim Santiago das **Neves**
Felisberto Fernandes **Afonso**
Jamiel Joana **Segunda**

Movimento de Cidadãos Independentes

Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, estamos ligeiramente atrasados, porquanto alguns Deputados foram substituídos e os seus substitutos deverão tomar posse, mas houve um pequeno erro na altura de lavar o livro e estamos a tentar corrigir. Dentro de 5 minutos, iremos iniciar os trabalhos.

Pausa.

Srs. Deputados, vamos aguardar a chegada dos técnicos da Rádio Nacional, para darmos início aos nossos trabalhos.

Pausa.

Tendo em conta que temos o acto de posse de alguns Srs. Deputados que não requer, necessariamente, a sua publicação nem a transmissão pela Rádio Nacional, iremos dar início aos nossos trabalhos, aguardando que chegue o técnico da Rádio para a transmissão directa dos nossos trabalhos.

Com efeito, peço ao Sr. Secretário para proceder à leitura da acta de posse dos Srs. Deputados substitutos.

Tem palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Elákcio da Marta): — Sr. Presidente, com a sua permissão, passo à leitura do Termo de Posse de Deputados à Assembleia Nacional.

«Aos quinze dias do mês de Outubro do ano dois mil e dezanove, compareceram ao Plenário da Assembleia Nacional os Srs. Deputados substitutos Hamilton Jesus Lavres, Italnísio Rita, Joaquim Salvador Afonso e Rosa da Conceição Mendes, em substituição dos Srs. Deputados Anaydi dos Prazeres Pereira, Adelino Cruz José da Costa, Salcedas d'Alva Teixeira Barros e Américo Cravid Pereira Pinto, dos Círculos Eleitorais da Região Autónoma do Príncipe, Mé-Zóchi, Água-Grande e Caué, tendo os mesmos prestado juramento nos seguintes termos.»

Prestaram juramento nos termos constitucionais.

«E para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai ser assinado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pelos empossados e por mim, o Secretário da Mesa que o lavrou».

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Quero mais uma vez chamar atenção a todos os Grupos Parlamentares para que os Deputados...

Risos.

... a serem empossados façam a melhor leitura do acto de posse. Já tínhamos decidido aqui que quando a leitura não for bem-feita, vai-se repetir quantas vezes forem necessárias, até que leiam correctamente. É o trabalho dos Grupos Parlamentares.

Gostaria de, mais uma vez, cumprimentar as Sras. e os Srs. Deputados, o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, aos Consultores da Assembleia Nacional, aos técnicos de diferentes ministérios aqui presentes.

Vamos dar início aos nossos trabalhos, perguntando aos técnicos se a Rádio Nacional já está a transmitir a sessão.

Pausa.

A informação que nos chega é que o técnico da Rádio Nacional ainda está atrasado, vamos ter que aguardar mais alguns minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — *Falhas na gravação...*

O Sr. **Presidente**: — Peço desculpa, Sr. Deputado António Barros, quando estava a falar estava em comunicação com a Rádio Nacional.

Tem a palavra o Sr. Ministro, para uma intervenção.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares** (Wuando Castro): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: É só para reagir à intervenção do Sr. Deputado António Barros e prestar também alguns esclarecimentos.

Liguei há bocado para o Sr. Director da Rádio Nacional e a informação que tive é que apenas hoje a Assembleia informou a Rádio de que havia necessidade de um técnico para hoje. Normalmente, os técnicos que prestam serviços na plenária são os técnicos que estão de folga. Portanto, precisam de serem contactados com alguma antecedência para organizarem as suas agendas.

É o esclarecimento que gostaria de prestar.

O Sr. **Presidente**: — Estamos mesmo a tomar conhecimento deste lapso dos serviços da Assembleia Nacional e depois iremos tratar deste assunto internamente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministros, Sras. e Srs. Deputados: Perante a explicação do Sr. Ministro, acho que temos que, como já fez, chamar a responsabilidade à Assembleia Nacional, que isso não volte a acontecer e que medidas sejam tomadas.

Pedir também ao Sr. Deputado António Barros, que fez primeiro a intervenção, que, se calhar, peça desculpas ao técnico porque de facto o problema está em nós.

O Sr. **Presidente**: — As diligências já estão sendo feitas, o técnico da Rádio já está a caminho e o da CST também, para conectar o sistema da Assembleia Nacional com a Rádio Nacional.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Apenas para reagir a intervenção do meu colega Deputado Aérton. É que de facto falei sobre a questão técnica, porque foi defendido aqui pelo próprio Presidente que não estão cá os técnicos da Rádio Nacional. Em momento algum sabia que os técnicos não foram informados que deviam estar cá e creio que agora o problema é maior. Agora está-se a falar de uma falha dos serviços da Assembleia, que tem que ser corrigido e que não pode repetir mais.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, pedimos desculpas por esse incidente e iremos depois, ao nível interno, analisar o quê que efectivamente se passou e agir em consequência.

Estamos no início da terceira sessão legislativa e, de acordo com os artigos 132.^o e 133.^o do Regimento, irei pedir ao Sr. Secretário da Mesa para fazer a síntese das actividades realizadas na sessão legislativa anterior.

Já que estão cá presentes três dos cinco consultores recrutados para apoiar as Comissões Especializadas, gostaria de aproveitar a oportunidade para os apresentar a todos os Srs. Deputados, começando pelo Sr. Dr. Célsio Quaresma, que irá apoiar a 2.^a Comissão Especializada Permanente e também a todos os Grupos Parlamentares, quando necessário.

O Sr. Dr. Alberto Pereira, que irá apoiar a 4.^a Comissão e, igualmente, quando necessário irá apoiar aos Grupos Parlamentares e aos Deputados que assim o solicitar.

Assim como a Sra. Dra. Conceição Deus Lima, que irá apoiar a 5.^a Comissão e também o Gabinete de Comunicação e Imagem e, quando necessário, a todos os Grupos Parlamentares e os Srs. Deputados.

Faltam outros dois, portanto, o da 1.^a Comissão já está retido, só irá iniciar no dia 1 de Novembro, o Dr. Justino Veiga e para a 3.^a Comissão o técnico retido desistiu e, portanto, foi lançado um novo concurso para recrutar o técnico que irá apoiar esta Comissão.

Estes técnicos virão apoiar a Assembleia Nacional à nossa solicitação, mas quero aqui deixar bem claro que o concurso foi aberto pelo PNUD, selecionado pelo PNUD e contratado pelo PNUD, que irá pagar os serviços que eles vão prestar. Estão aqui em *ful time*, portanto, na hora do regular funcionamento da instituição, não havendo qualquer incompatibilidade com outros serviços que poderão prestar fora desse quadro, mas também fora do período do funcionamento da instituição.

De seguida, peço ao Sr. Secretário para fazer a leitura do relatório síntese dos trabalhos realizados na sessão anterior.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, antes de fazer a apresentação ou o resumo deste relatório, uma nota prévia, para informar aos Srs. Deputados que ainda hoje estará disponível, para além dos *sites* da Assembleia, nos e-mails dos Srs. Deputados, este relatório e ao longo da semana será publicado no *Diário da Assembleia*. Como já fizemos referência, inicialmente, só vamos apresentar o resumo e as questões detalhadas os Srs. Deputados tomarão conhecimento *a posteriori*.

Este relatório é o da 2.^a Sessão Legislativa, estamos a dar início a 3.^a Sessão Legislativa da XI Legislatura, decorre do Regimento da Assembleia Nacional, designadamente os artigos 132.^o e 133.^o.

Em termos de iniciativas legislativas dadas entrada neste período, constam seis projectos de lei, por isso disse que vamos só fazer uma apresentação genérica e, detalhadamente, os Srs. Deputados quando tiverem acesso ao documento saberão quais são essas iniciativas em termos de projectos de lei.

Em termos de projectos de resolução, oito iniciativas; propostas de lei, três iniciativas; propostas de resolução, oito iniciativas; e projectos de lei, seis iniciativas.

Iniciativas dadas entradas, aguardando a sua aprovação, temos um total de 11, dos quais temos três projectos de lei, dois projectos de resolução, duas propostas de lei e uma proposta de resolução.

Em termos de diplomas retirados, ou rejeitados durante esse período, temos dois projectos de lei e uma proposta de resolução.

Quanto às actividades da Assembleia, no que concerne às reuniões da Conferência dos Presidentes dos Grupos Parlamentares, neste período tivemos oito reuniões.

Em relação às reuniões plenárias durante o período da 2.^a sessão legislativa, tivemos seis reuniões plenárias e os Srs. Deputados, quando tiverem acesso ao documento, saberão as datas e os assuntos que foram discutidos nessas reuniões plenárias.

Actividades relativas às Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia Nacional: A 1.^a Comissão realizou 14 reuniões, a 2.^a Comissão, 26 reuniões, a 3.^a Comissão, 17 reuniões, também no mapa constam as datas e os assuntos que foram tratados, a 4.^a Comissão, 11 reuniões e, por último, a 5.^a Comissão, 21 reuniões.

Relativamente à Comissão Permanente da Assembleia Nacional, 17 reuniões e constam também as datas e os assuntos que foram tratados.

Em relação às actividades de orientação de fiscalização política, tivemos três requerimentos, um dos quais solicita debate de urgência sobre o Sector da Justiça. Houve também uma moção de confiança solicitada pelo Governo e interpretação sobre a inconstitucionalidade de funções dos Deputados.

São essas três iniciativas, em termos de fiscalização política. Das quais, realizou-se a sessão em que se tratou da moção de censura e também o debate sobre o estado da Justiça.

O Sr. **Presidente**: — Moção de confiança.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Obrigado, Sr. Presidente, moção de confiança. Desculpe.

No quadro das petições solicitadas pelos cidadãos durante este período, constam também do resumo em detalhes, dos nomes dos cidadãos, a data que deu entrada e assim sucessivamente.

Em relação às audiências do Presidente, ao nível das entidades nacionais, houve três audiências e, em relação às entidades estrangeiras, houve 19 audiências.

No relatório também constam as missões internacional em que a Assembleia Nacional participou, a CPLP e a UIP, bem como as delegações que foram compostas para estas delegações, as datas e os assuntos que foram tratados.

Sr. Presidente, este é o resumo, para um pouco elucidar as Sras. e os Srs. Deputados sobre as acções mais importantes que foram realizadas durante este período. Fica o compromisso de que, durante a semana, os Deputados terão acesso ao Diário, mas ao nível do da internet isto já está disponível.

O Sr. **Presidente**: — Passemos de imediato ao período de antes da ordem do dia, artigo 83.^o do Regimento, começando pela leitura dos anúncios, ou expedientes realizados pela Mesa, que inclui este relatório, declarações políticas, questões políticas de interesse relevantes, votos de congratulação, que são dois, que será discutido neste período. Portanto, peço ao Sr. Secretário para fazer a leitura dos anúncios e expedientes realizados pela Mesa.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Já estão incluídos no relatório.

O Sr. **Presidente**: — Disse o Sr. Secretário que já estão incluídos no relatório, portanto, não havendo, passemos a declarações políticas, se houver.

Temos as dos Grupos Parlamentares do MLSTP/PSD e da Coligação PCD/MDFM-UDD. Portanto, o ADI não tem declaração política.

Vozes do ADI: — Tem, tem!

O Sr. **Presidente**: — Tem aí? Mas está solicitado?

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Não faz referência.

O Sr. **Presidente**: — Aqui, por parte do ADI, só está a lista de inscrição para assuntos de interesses relevantes. Portanto, é só no início é que se dá entrada, por isso já temos em mãos e vamos passar a ouvir então a declaração política do Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Caros Assessores e Convidados, Excelências: Antes de começar esta intervenção, permitam-me rogar a Deus o pai criador que abençoe todo o povo de São Tomé e Príncipe e abençoe também a nós, em especial, os Deputados e os governantes, para que saibamos tomar as decisões mais acertadas, que levem à melhoria de condições de vida da nossa população.

«Senhoras e senhores, no presente mês de outubro, há precisamente um ano e poucos dias, a então oposição, como um todo, ganhou as eleições legislativas, o que abriu de uma forma inquestionável uma nova etapa no processo democrático da nossa República.

Se em 1990, com a realização do Referendo, o povo colocou o País nos caris da democracia multipartidária e do Estado de Direito Democrático, em Outubro de 2018, os são-tomenses livraram o País de ver consolidado a deriva totalitária, conduzida pelo então poder instituído, e permitiram o resgate dos valores próprios da democracia, onde os direitos, as liberdades e as garantias dos cidadãos são princípios inalienáveis, tal como reza a nossa Constituição.

Excelências, o Governo e os partidos que o suportam ao nível parlamentar têm a plena consciência das dificuldades e dos problemas que enfermam o dia-a-dia da nossa população, mas estiveram sempre cientes de que o percurso seria árduo e que em apenas 10 meses não se iria resolver todos os problemas do País. A este respeito, é-nos imperioso lembrar as sábias palavras do Sr. Primeiro-Ministro quando, ao contrário do anterior chefe do governo, instou a oposição que o ajudasse a trabalhar. Esta posição do Chefe do Executivo teve a sua justificação face à herança deixada pela anterior governação».

Vozes do ADI: — Oh!

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — «Senhoras e senhores, quando se questiona os estudiosos da história sobre a importância do estudo desta ciência, estes são unânimes em frisar que o conhecimento do passado ajuda-nos a entender e viver o presente de forma mais esclarecida. Por isso, volvidos esses 10 meses de governação, é-nos imperioso lembrar a todos e todas que herdamos um país com uma administração pública totalmente congestionada, onde o executivo contraria empréstimos junto aos bancos comerciais para suportar as despesas salariais, muitas dívidas por pagar, cujos juros se avolumam, os empresários nacionais totalmente descapitalizados e, em vários casos, totalmente falidos, as empresas públicas e as câmaras distritais mergulhadas em profundas irregularidades de gestão financeiras, o País vivendo a maior crise energética de todos os tempos, a reserva do Tesouro não dava para assegurar nem 2 meses de importação, o que poderia colocar o acordo cambial com Portugal em causa.

Recebemos o País sem dossiês importantes para assegurar a continuidade do Estado, onde muitos deles foram levados para fora da nossa República.

Sras. e Srs. Deputados, não poderíamos ignorar, nesta declaração política, o caso da construção do novo edifício do Banco Central. Sabemos que o orçamento inicial era de aproximadamente 7 milhões de dólares, porém, na vigência do anterior governo, o custo aumentou para cerca de 17 milhões de dólares, tendo-se feito adjudicação directa, em total violação à Lei do Sistema de Administração Financeira do Estado. Estamos perante um desvio orçamental de cerca de 10 milhões de dólares. Pergunta-se, o que é que não poderia ser feito com esses 10 milhões de dólares?

Ouvimos aqui nesta Casa Parlamentar a senhora representante do FMI dizer que a sua instituição não tinha conhecimento de muitas dívidas realizadas pelo governo anterior e, por entendermos ser imprescindível que este assunto seja definitivamente esclarecido, o nosso Grupo Parlamentar congratula-se com o facto de o Governo ter encaminhado o processo de tais dívidas, as dívidas ocultas, ao Ministério Público (MP), para que sejam investigadas e apuradas as necessárias responsabilidades.

Senhoras e senhores, gostávamos de endereçar uma palavra de encorajamento ao XVII Governo, pela assinatura de um novo programa com o FMI. Não obstante as exigências e os compromissos assumidos pelo Executivo, estamos certos de que, para um país pobre e sem recursos, esse programa representa uma almofada de ar fresco para o País, uma vez que abre as portas para mais financiamentos, novos projectos que, ao serem implementados, proporcionarão aos são-tomenses mais rendimentos, mais emprego e, naturalmente, melhores condições de vida.

Sendo a agricultura um sector que ainda joga um papel determinante na vida deste país, o nosso Grupo Parlamentar não pode deixar de congratular-se com as negociações do novo pacote de projectos no domínio da agricultura, avaliado em cerca de 25 milhões de dólares, cerca de 4,5 milhões por ano, o que, no nosso entender, irá impulsionar o sector agrícola e contribuir para a segurança alimentar das nossas populações.

Outra boa notícia no sector agrícola é o anúncio pela Agripalma da duplicação do volume de exportação, o que terá benefícios enormes na nossa economia, para além da criação de mais de 900 postos de trabalho.

Excelências, o Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD condena toda a tentativa, por parte de alguns segmentos políticos que, por terem perdido a sua «galinha de ovos dourados», buscam a qualquer custo promover a queda do Executivo. Já forjaram compras de Deputados, como estratégia de promover a instabilidade política. Para esse grupo de pessoas já identificadas, que só querem ver os seus problemas pessoais e familiares resolvidos, enquanto o povo continua na busca de dias melhores, a nossa Coligação quer deixar claro que o Governo fará os 4 anos».

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Oh!

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — «Uma palavra de reconhecimento ao acordo sobre a reforma de Justiça, promovida pelo escritório das Nações Unidas e pelo Presidente da República, onde,

para além de outros aspectos, ficou patente a necessidade de se promover o respeito pelos órgãos de soberania, como forma de garantir a estabilidade governativa e promover a unidade nacional.

Eu não podia deixar de referir-me à crise de combustível. É claro que sabemos todos a razão, mas é preciso que o Governo encontre, o mais rápido possível, uma solução duradoura, no sentido de evitar que haja falta deste líquido no País, o que naturalmente causa sérios transtornos a todos nós e a todas as classes profissionais, que precisam deste líquido para o seu dia-a-dia.

Saudamos o Governo pelo início das aulas sem perturbações e aproveitamos o ensejo para instá-lo a resolver o financiamento do PNASE, e convidamos o Executivo a enviar, no mais curto espaço de tempo possível, as alterações que a lei do PNASE necessita para uma maior operacionalidade deste programa.

Gostaríamos, de igual modo, de condenar os casos de violência doméstica e de abuso sexual de menores que tem ganhado proporções preocupantes e destruindo a vida biológica e social de muitos menores e as suas famílias. A este respeito, temos a informar ao povo que temos vindo a promover discussões com juristas e pessoas idóneas, para encontrar um mecanismo legal para pôr cobro a essa mazela social.

Muito obrigado a todos!
Bem haja!»

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD.
De seguida, vamos ouvir a declaração política do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Excelências, muito bom dia a todos.

«As melhores saudações e votos de uma sessão legislativa plena de iniciativas e de realizações, mais enriquecidas em racionalidades procedimentais e mais envoltas em ambientes democráticos, razão central da nossa Casa Parlamentar.

Consequência de distorções socioeconómicas, São Tomé e Príncipe acabou de concluir um programa para os próximos 3 anos com o Fundo Monetário Internacional, estabelecendo medidas internas e ajustamento para corrigir os indicadores, tornando-os mais acertados para a promoção de crescimento. Essas medidas requerem a diminuição dos desequilíbrios na execução orçamental, necessitando, por isso, de contenção e de diminuição de despesas e de aumento das receitas públicas.

Pela relevância do FMI no sistema financeiro mundial, a celebração do programa é de importância favorável à constituição de receitas públicas, porque permite que o País aceda mais facilmente a outros apoios de ajuda ao desenvolvimento.

Compreende-se que não serão automáticos os equilíbrios esperados com as componentes e programa. Será necessário algum tempo para que se concretize, sendo que a aplicação das medidas desenhadas, para serem assumidas no plano interno, implicarão, no imediato, maiores dificuldades económicas e sociais na vida das pessoas. Contudo, há consensualidade pública e política, admitindo que elas são necessárias para que se realizem as condições favoráveis ao crescimento.

De imediato, o que é requerido é o esbater dessas dificuldades directas. A resposta para isto emerge logo no próprio Programa, pelas ajudas financeiras nele contidas e pela possibilidade para o Estado de aceder a ajudas de outros parceiros financiadores do desenvolvimento. É importante que essa resposta produza eco ao nível interno, para ser consistentemente apoiada e reforçada pelas forças políticas nacionais.

Há mais de três décadas que o Estado, os partidos políticos e as outras componentes da sociedade civil se vêm habituando com as políticas de ajustamento no quadro do FMI. Há, pois, no País experiências acumuladas na matéria que podem ajudar a contrabalançar os impactos gravosos directos das medidas internas e programa.

No percurso político democrático do País, ressaltam elementos de proximidade e de concertação. Proximidade entre políticos e as populações, permitindo que aqueles ouçam as preocupações das pessoas e que os políticos informem aos que são os reais destinatários das políticas. De longa data, vimos aprendendo que de tais interações podem emergir políticas satisfatórias para os interesses das pessoas, como também se pode formar a adesão dos cidadãos às políticas estabelecidas e executadas.

Pela concertação, aprendemos a conhecer a virtude do diálogo político. Em várias ocasiões, o exercício foi realizado com a participação de instituições públicas, das forças políticas e dos actores económicos, sociais e religiosos presentes na sociedade.

É hora de se aproveitar dessas experiências, para se criar um grande impulso interno, favorável ao programa estabelecido com o Fundo Monetário Internacional, gerador de medidas transitórias susceptíveis de permitir que o País corrija os desequilíbrios de hoje para, a curto ou médio prazos, conseguir solidamente alinhar-se na perspectiva de crescimento. Contudo, o exercício não se pode limitar por aí. A aproximação e a concertação são instrumentos que permitem progredir, identificando os elementos para a definição de políticas que reforcem as medidas de programa com o FMI que no final visa ajudar o País a caminhar pelos seus próprios pés.

O concurso das medidas internas não pode deixar de buscar para a colação a reflexão aqui repetida pelo Deputado Felisberto Afonso, para a regressividade da dependência económica a operar-se em pequenas

proporções anuais e cumulativamente, no horizonte de uma legislatura, dê mostras de um crescimento real, libertando progressivamente as pessoas e o País da asfixia do consumo.

Nas afirmações do Deputado Felisberto, apreende-se a lógica de acumulação. É preciso que o Estado crie o ambiente próprio para engrenagem de acumulação e deixe espaço para os que sabem e gostam de produzir riqueza. Nisto, seguramente, não haveria contrariedade com o FMI. O elemento comum que pode sobressair é que sem a riqueza dificilmente a redistribuição se viabiliza em condições de equidade. Na prática, a questão central consiste em se determinar o que fazer. Desde logo, importa que se determine a origem dos problemas existentes. Nelas estão os factores determinantes do consumismo selectivo em que o País se mergulhou. Prioridade é dada ao que se pode situar no âmbito do supérfluo: seja o que faz o conforto da minoria que pode mais facilmente aceder ao essencial, em detrimento do que é o principal, quer dizer, do que dignifica o conjunto dos cidadãos. Por aí, e talvez sem que se aperceba, vai-se aprofundando as desigualdades e agravando as distorções. Pode ajuizar-se que o progresso das nações, fundado nas desigualdades, para que, da sustentação dos privilegiados, venham os financiamentos por onde se processa o alargamento da base fiscal e a redistribuição pela criação de empregos, salários e rendimentos. Mas a razão recomenda a dignidade para o conjunto dos cidadãos, cada um à sua medida, é verdade, mas desde a origem garantindo-se a todos possibilidades e oportunidades.

Não há suficiente racionalidade para a compreensão da disparidade salarial no sector público, uns excessivamente privilegiados, considerando-se os salários que ficam nos escalões inferiores das estruturas. No entanto, é do esforço nacional que vem a sustentação do conjunto. Quando as crises irrompem, a austeridade a todos se aplica, ficando os privilegiados com maior poder de encaixe, mas em situações de menos pressão, desigualdades de tratamento se observam.

Há procura constante de investimentos de meios para o funcionamento das instituições públicas. Entende-se que neste quadro a racionalidade devia primar para se evitar despesas e conforto, funcionando a fundo perdido, sem possibilidades de retorno de geração de riqueza. Infelizmente, é o inverso que vem funcionando. A aposta persistente habita para inflação de viagem de agentes públicos ao estrangeiro e para a não fixação de condições módicas, aquisição, atribuição e utilização de viaturas do Estado. São elementos que induzem excessivos gastos de dinheiros públicos. É a mesma lógica que vem presidindo a utilização dos dinheiros públicos para o investimento, enquanto que o discurso público visualiza a criação de empregos e, conseqüentemente, de riqueza, na prática a preferência vem incidindo em factores habitualmente não directamente relacionados com a geração de riquezas.

As estradas é outro sector grande consumidor de recursos públicos. Elas não geram nenhum retorno directo, pelo que aqui o financiamento privado delas se desinteressa por completo. É importante admitir-se outras formas para a construção e reabilitação de estradas. São investimentos de alto valor, com efeitos indirectos favoráveis ao crescimento, mas, ainda assim, efeitos que minguam ou que desaparecem, quando as estradas se põem a degradar. Aí, requerem novas intervenções e mais investimentos. Tal como agora praticadas, as estradas terão sustentabilidade pela via de riqueza que o processo de crescimento engendrar. É preciso, pois, que os equilíbrios se estabeleçam, para que este processo comesse. As estradas criam comodidades para circulação de pessoas e mercadorias e são reconfortantes para o comércio de exportação e de importação de veículos em geral.

Para a coletividade, além de gerarem obrigação fiscal, requerem investimentos repetitivos. Aí, não se pode deixar de estabelecer a relação entre os investimentos nas estradas e os investimentos em outros sectores realmente propensos para a produção da riqueza.

Agricultura, turismo e pescas, salvo contrariedades de força maior, os investimentos nestes setores podem gerar taxas de crescimento ao menos em percentagens idênticas, ou aproximadas, aos dos investimentos realizados. Neste contexto, um desafio impõe-se para a análise da relação entre o progresso e as estradas, para se saber em que medida o Estado deve continuar a afetar, na forma habitual, recursos públicos para a construção e reparação de estradas, em detrimento de investimentos em domínios geradores de riqueza. A riqueza produzida desmultiplica-se, proporcionando o progresso generalizado da sociedade. Sem a prévia criação de riqueza tudo será efémero, engendrando repetição estéril à utilização dos dinheiros públicos.

O mais importante está no plano político e, aí, deve-se repisar a necessidade para que se concentre na participação proporcionada pelas práticas de aproximação e de concentração que se conhece. Trata-se de um prisma por onde se pode remover radicalmente a perspectiva do ódio e da vingança, cada vez mais presentes nos pensamentos e atuações políticas. É importante que se comprometa por esta via, para que decididamente se gerem consensualidades sobre os desígnios nacionais de modo que se poupe ao País de políticas onerosas e estéreis, libertando tempo e recursos, indispensáveis para as reformas políticas que na realidade se manifestam à luz dos desígnios acordados.

Muito obrigado pela vossa atenção.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD-MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

Estamos com uma questão, o Grupo Parlamentar do ADI não solicitou, ou melhor, não comunicou à Mesa sobre a sua declaração política. Diz ser por lapsos, no entanto, o Regimento é peremptório. A Mesa

não tem qualquer objecção, mas se tratando de um assunto regimental, deve-se submeter à apreciação do Plenário.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Mas no tempo deles eles não aceitavam.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, o n.º 2 do artigo 85.º estabelece que os grupos parlamentares que queiram usar do direito consignado no número anterior, ou seja, declarações políticas, devem comunicar à Mesa, até ao início da respectiva reunião. Portanto, houve um lapso, submeto à apreciação do Plenário. Como disse, a Mesa não tem qualquer objecção, mas caberá ao Plenário decidir.

Tem a palavra o Sr. Deputado, Vice-líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Deolindo da Mata** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, o nosso Grupo Parlamentar vai respeitar o n.º 2 do artigo 85.º do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Tem a palavra o Líder Parlamentar da Coligação.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD-MDFM-UDD): — Sr. Presidente, eu ouvi alguém dizer, estamos juntos e misturados, não sei até que ponto, mas a verdade é que a prática regimental obriga a que seja comunicada à Mesa desde o início. Não o tendo feito, creio que não há margem para outra coisa, se não avançarmos para o ponto seguinte.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar da Coligação.

Portanto, pelos vistos, não há consenso.

Tem a palavra o Sr. Vice-líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Ekneide Santos** (ADI): — Sr. Presidente, como disse e bem, é uma questão, por lapso da minha parte, porque nós, normalmente, entregamos a lista dos assuntos do interesse relevante. E, como deve entender, isso é uma questão de bom-senso. É pela primeira vez, e sou uma pessoa que gosto de primar também pelo bom-senso, mas já que não há, sabem que é primeira vez que eu assumo o Grupo Parlamentar do ADI, e os homens podem muito bem errar. E se não há nada a temer, não vejo o porquê? Nós estamos no período da questão das declarações políticas, é uma questão de bom-senso, mas se entenderem que não, ok! Todos os homens erram. Hoje é a minha vez, amanhã poderá ser a dos outros. Eu só quero que as pessoas não tenham memória curta.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Vice-líder Parlamentar.

Tem a palavra o Sr. Deputado, Presidente da 1.ª Comissão Especializada Permanente.

O Sr. **Cílcio Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Caros Colegas Deputados, peço desculpa ao meu Grupo Parlamentar, mas eu gostaria que nós ouvíssemos a declaração política do Partido ADI.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD-MDFM/UDD): — Sr. Presidente, a situação em que se encontra o País, nós queremos consenso...

Voz do ADI: — Muito bem!

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD-MDFM/UDD): — ...para avançar este país. Eu, da minha parte, estou de acordo, porque toda pessoa falha. É normal, Sr. Presidente. Nós queremos a contribuição também desse Grupo Parlamentar, para levarmos o País a conhecer melhores dias.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Felisberto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, da análise que fizemos, depois de ouvirmos os argumentos do Vice-Líder do ADI e porque também foi dito aqui que o Primeiro-Ministro pediu que o ajudassem a trabalhar, sendo assim, julgo que há lugar para a intervenção do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Neste sentido, não sei se vamos submeter à votação.

Tem a palavra o Sr. Vice-Líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Deolindo da Mata** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tendo em conta a declaração do Vice-Líder do Grupo Parlamentar do ADI, retiro o que havia dito e proponho ao Plenário que ouça a declaração política do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Sendo assim, penso que há consenso, pelo menos, a maioria assim o deseja. Tem a palavra o Sr. Vice-Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Ekneide Santos** (ADI): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, povo de São Tomé e Príncipe, antes, gostaria de agradecer pelo bom-senso das Sras. e Srs. Deputados, nesta Sala.

O Sr. **Paulo Carvalho** (ADI): — De alguns!

O Sr. **Ekneide Santos** (ADI): — «O País vai mal e tudo vem piorando dramaticamente, não se vislumbrando, hoje, sinais de melhorias. Em abono da verdade, não mora no actual Governo a imaginação, não há vontade, nem capacidade para inverter o estado das coisas. O Governo vive de expedientes. Tudo parece e indica que estamos perante um governo de gestão que espera agonizante pela sua morte fatídica.

Vozes do MLSTP/PSD: — Oh!

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Ah Ekneide!

O Sr. **Ekneide Santos** (ADI): — A Região Autónoma do Príncipe foi novamente reduzida a uma porção negligencial do Território Nacional. O Príncipe voltou ao segundo plano, à segunda escolha, ao quando sobrar do antigamente e sempre depois de São Tomé se servir.

Agravou-se o sofrimento do povo da ilha. Sofre mais com o corte de energia, porque corta-se mais no fornecimento de combustíveis. Os salários são pagos com bastante atraso e depois de muito atrasadamente serem pagos os salários em São Tomé.

Depois da catástrofe, ao povo do Príncipe, o Governo prometeu uma nova embarcação mais rápida, mais segura e mais eficiente. Ao invés de um navio, o Ministro da tutela exibiu uma carcaça que, depois de *show of* mal ensaiado, zarpou para o destino incerto, sem deixar rastros, enquanto o povo aguarda pelas ligações entre as duas ilhas, bem como as ajudas prometidas, sobretudo às famílias das vítimas e aos comerciantes. Este Governo tem de aprender a dividir o mal pela aldeia e a respeitar o povo do Príncipe.

Da necessidade do respeito ao povo, quero, aqui desta Tribuna, expressar a solidariedade do Grupo Parlamentar do ADI para com o povo de Lembá que sofre, neste momento, efeitos das cheias e inundações provocadas pelas tempestades, nos últimos dias. Instamos, por conseguinte, o Governo para que forneça aos sinistrados e aos demais afectados todo o apoio de que necessitam, para se recuperarem da actual situação.

Ainda neste capítulo de solidariedade, queremos também saudar efusivamente a juventude são-tomense, essa nova geração, que cumpriu, no Domingo passado, um facto verdadeiramente heroico e inédito. A Selecção Nacional de Futebol ganhou, pela primeira vez na história deste país, dois jogos internacionais seguidos e qualificou-se, também pela primeira vez, para a fase de grupos. Parabéns à juventude são-tomense!

Muito obrigado, juventude são-tomense!

Aplausos gerais.

São, pois, inaceitáveis as sucessivas incúrias do actual Governo que, apesar do número e qualidade das ambulâncias deixadas pelo anterior governo, precisa de cerca de uma hora para prestar assistência a mais de 8 sinistrados, a escassos metros da distância do Hospital Central, com todas as consequências que podem advir deste facto. É triste e lamentável!

A justiça está cada vez na lama e a segurança jurídica está presente em ordens superiores, que tanto pode determinar a prisão dos adversários, como a libertação dos amigos e militantes.

Mergulhado nas suas habituais incoerências, o Governo inventou o expediente da falsa dívida oculta para, na verdade, ocultar a sua incompetência crónica.

Assim, as obras feitas e patentes aos olhos de todos, como o Liceu de Guadalupe, o Tribunal de Contas, o Tribunal Constitucional, o guindaste, a plataforma, o rebocador e outros equipamentos imprescindíveis da ENAPORT, viraram dívida oculta para um Governo que, em 10 meses, não foi capaz de lançar a primeira pedra para a construção de uma latrina!

Risos e murmúrios do MLSTP/PSD.

Aplausos do ADI.

Dispondo de um excedente orçamental de cerca de 500 000 dólares mensais, segundo o Ministro das Finanças, o Governo não é capaz de negociar com a SONANGOL um programa de fornecimento regular de combustíveis, um produto para toda a economia do País, sujeitando a Nação inteira a uma prática de racionamento, de bichas, senhas de distribuição, açambarcamento e agravamento de custo de vida das nossas populações. Contrariando a todas as evidências, rejeita a culpa sobre o anterior governo, que há já

mais de 10 meses não está no comando deste país e foi o governo do ADI que mais pagou, amortizou e reduziu a dívida com a SONANGOL.

Enquanto nos distraem com esses expedientes, a criminalidade aumenta galopantemente, o desemprego em todos os sectores da população, devido à paralisia económica e ausência de projectos geradores de emprego. As bolsas dos estudantes no estrangeiro não são pagas, sendo neste momento crítica a situação em que vivem os nossos estudantes no Distrito de Guarda, em Portugal, onde têm de procurar o sustento nos caixotes de lixo.

Murmúrios do MLSTP/PSD.

A dignidade humana deveria ser um freio suficiente para a insensibilidade do Governo.

Sras. e Srs. Deputados, são utilizados simulacros de concurso para a colocação de professores, para que sejam, na verdade, recrutados militantes, parentes e outros entes mais próximos, em detrimento de todo e qualquer mérito.

Enfim, queremos fazer aqui alguma confissão. O IVA é um imposto moderno, mais justo e mais eficaz, mas não é o IVA que o Sr. Jorge Bom Jesus, Primeiro-Ministro, quer nos impor, por não ser capaz de negociar com o FMI um cronograma, uma fase de transição, uma consolidação do processo e finalmente uma expansão, tudo acompanhado de medidas sérias de mitigação dos impactos sobre os diversos sectores da população. Reportamos, por isso, sobre o Governo e a sua maioria parlamentar, toda a responsabilidade sobre as consequências de uma tal medida sobre a vida das populações.

Face a este cenário, não há fé nem esperança que resistam. Um Governo que prometeu mudanças, baixar os preços, criar empregos e melhoria de vida do povo, a decepção é enorme! O que dói mais, é que há muita má fé, muito propósito maligno nas intenções do Governo e desta nova maioria, convencidos que dificultando a vida do povo e responsabilizando os outros, aumenta a sua credibilidade e a sua perenidade no poder.

São Tomé e Santo António Poderoso velam para que isso jamais aconteça.

Que Deus abençoe São Tomé e Príncipe!»

Muito obrigado.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Concluído o período das declarações políticas, passemos de imediato ao período de intervenções sobre assuntos de interesse relevante nacional.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Aérton do Rosário.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, bom dia.

Antes de entrar naquilo que quero mesmo abordar aqui, faço só uma nota relativamente à questão do IVA.

Ontem, estivemos em sede da Comissão, aprovamos na especialidade o IVA, e houve uma declaração de voto que vale a pena aqui sublinhar.

A Coligação mais o MLSTP/PSD votaram a favor, o ADI absteve-se e houve um deputado do ADI que, ao fazer a declaração de voto, disse que só se absteve por uma questão de disciplina partidária, se não teria votado a favor, porque «eu, enquanto membro do Governo, participei na feitura e na aprovação deste documento que estamos a discutir aqui hoje». E disse mais: «isso para mim chama-se coerência».

Ouvindo o Vice-Líder do ADI, também não esteve cá, não sabe o que se passou na Assembleia Nacional, a gente perdoa.

Agora quero entrar na questão que me fez inscrever, que tem a ver com o conflito que envolve o jornalista Óscar Medeiros e os Juizes do Tribunal. Para dizer que o MLSTP/PSD se demarca desse conflito. Estamos perante um conflito, na minha opinião, em que as duas partes têm razão. Por quê? As boas práticas da auditoria mandam que, quando alguém é citado num relatório preliminar, deve ser ouvido em sede do contraditório. Os Juizes não foram ouvidos e sentiram-se ofendidos, depois temos a situação do próprio Jornalista, que tem o papel de informar. Também as boas práticas jornalísticas mandam que quando estamos perante determinadas notícias, temos que ouvir as partes. O jornalista não fez isso, a verdade é que temos um problema no País e queria aqui apelar, em nome da minha Bancada, que o bom senso prevalecesse. Os Juizes, na minha opinião, deveriam retirar a queixa e, num outro quadro, procurar o melhor entendimento relacionado com essa problemática.

O nosso país precisa de paz social e São Tomé e Príncipe é que será a vencer.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Venho aqui, porque ouvi falar na palavra consenso.

Primeiro, quero dar os parabéns aos jovens desportistas que conseguiram dar vitória, não somente à selecção nacional, mas ao País todo. Isto é de louvar! Esta mesma juventude tem pedido consenso, não somente no falar, porque temos apercebido que até nos jogos, nas equipas, tem havido influências políticas,

para dividir mais o País, dividir essa juventude. Há momentos que em certos locais onde a juventude poderia conversar sobre questões relevantes para o País, simplesmente se afasta, porque sou do ADI, sou do MLSTP/PSD, sou do PCD, sou do UDD, coisas que não interessam em nada.

Ouvi aqui falar de salário em atraso. Salário em atraso, mas não se tem recorrido ao banco. Isto é importante, é preciso sermos coerentes em dizer as coisas, que o coerente não seja somente no conceito de falar coerente.

Podemos ver que a via de acesso para o Hospital está ali, conseguiu-se reparar. Durante muito tempo isso ficou assim.

Murmúrios do ADI.

A estrada de *Oquel-Del-Rei* também está melhor. Sendo coerentes, podemos dizer que as coisas estão acontecendo e sabemos das dívidas que estamos a assumir. Assim sendo, as coisas terão que ser leve-leve, no sentido real, não é leve-leve de deixar andar. É o «leve-leve na providência que traz prudência», como ouvimos, no querer fazer as coisas, não é simplesmente no dizer.

Srs. Deputados, aqui tem pais de filhos que sabemos que vêm aqui simplesmente falar, falar e falar. A juventude tem pedido união nacional, não é só falar.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Está a recorrer onde?

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Tem sido sempre, incoerência de alguns, não tem ajudado.

Para dizer que se continuarmos somente neste falar, não vamos conseguir. É preciso haver momentos, talvez que não seja no ar, que seja em *off*, para discutirmos questões sérias para o País, por favor.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra a Sra. Deputada Paula Tavares.

A Sra. **Paula Tavares** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Caros convidados, bom dia.

Venho aqui somente para falar de coerência. Acho que essa palavra é pesada ou leve, não sei, mas as pessoas usam-na só porque querem exibir na televisão, porque todos estamos lá fora a ver. Falo disso, porquê?

O Sr. **Ekneide Santos** (ADI) — *Falou com o microfone desligado.*

A Sra. **Paula Tavares** (MLSTP/PSD): — Sr. Deputado Ekneide, não é que sempre o ataco, pode pensar isso, mas falou aqui em cheias no Distrito de Lembá. Para a sua informação, em representação do Governo, estava lá o Sr. Ministro de Obras Públicas e mostrou-se muito solidário em ajudar todos que estão a sofrer catástrofe em São Tomé.

Sabendo que o Sr. Ministro já esteve lá, não podemos vir aqui dizer que houve cheia no Distrito de Lembá e ninguém,...

Murmúrios do ADI.

A Sra. **Paula Tavares** (MLSTP/PSD): — ... deixa-me falar. Sou Deputada ou não?

Murmúrios do ADI.

A Sra. **Paula Tavares** (MLSTP/PSD): — Sabemos que o Governo está solidário em ajudar todos em São Tomé e Príncipe que são vítimas de catástrofe.

Vocês gostam muito de estar a responder às minhas conversas. Deixem-me falar, como cada um aqui costuma a falar.

Lembrem-se disso: o Governo está sempre atento a tudo que se passa em São Tomé.

Vocês vêm aqui com *blá, blá, blá*, não sei para quê.

Murmúrio do ADI.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (Coligação PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Respeito toda a gente que está cá, não tenho má impressão de nenhuma bancada que está cá, nem do povo de São Tomé e Príncipe.

Não sei por quê, talvez porque sou gestor, tenho esse conceito.

Risos gerais.

Conforme estamos a fazer política, nem com 100 anos este país desenvolverá. Aqui tem pessoa doutorada, de todas as classes, Economista e tudo. Queremos buscar a evolução, é isso que o povo está a precisar.

O País criou uma visão agora, o que nos está a faltar é vontade política, para avançarmos com este país. Não podemos estar aí com críticas destrutivas, a insultar o Executivo, tirá-lo a vontade de trabalhar.

Meus senhores, em 2022, não sabemos quem irá ganhar as eleições. Se tivermos uma governação importante e em 2022 qualquer partido político ganhar as eleições, não seria melhor? Vamos continuar nessa politiquice de «outro governo ganha as eleições, vamos destruí-lo». Não! Meus senhores, o que queremos para este país?

O desemprego está generalizado, a fome, a miséria, a frustração, e queremos melhorar a situação, queremos ajuntar as mãos, criar visão política, aumentar a produção e a produtividade, para exportarmos mais e diminuir a importação.

Murmúrios do ADI.

Não sei se o Sr. Deputado tem semente na sua cabeça. Vamos ter uma mente melhor.

O Governo, minimamente, está a fazer, não está parado. O Governo está a caminhar, deixem-no trabalhar 4 anos, o povo depois fará o balanço e tirará a prova dos nove.

Murmúrios do ADI.

Calmem, não se precipitem. Deixem de ambição de política pelo poder, por amor de Deus! Toda gente quer ser director de uma vez, quer ser presidente de uma vez, ministro de uma vez. Qual é o país que aguenta essa situação? Ninguém quer trabalhar.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Deixem o Governo em paz! Quando o Governo começar a trabalhar mal, eu próprio virei aqui criticar. Em 1 ano de governação, o Governo está a caminhar minimamente.

Aplauso do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra a Sra. Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

O que me traz aqui são as informações que têm circulado na comunicação social. Tenho acompanhado atentamente, principalmente na Radio Nacional, porque na TVS, quando chega o momento do Telejornal é corte, corte, quase que não se percebe nada da notícia.

Aquilo que tenho acompanhado na Rádio é que houve uma equipa da saúde, Psiquiatras, que celebraram o dia dos doentes mentais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, há uma grande preocupação, por aquilo que foi informado. A informação que tive é que, de Janeiro até Agosto de 2018, o número de cidadãos são-tomenses com problema mental aumentou muito em relação aos anos anteriores. Isso é preocupante.

Não fazendo parte das comissões especializadas da Assembleia Nacional, gostaria de deixar um apelo à Comissão que tem a responsabilidade com o sector social, para fazer visitas, tentar saber o que tem estado a acontecer no nosso país, porque para o número de população que temos é muito, esse número é muito elevado. É uma preocupação elevada, principalmente por aquilo que disseram os técnicos, a maioria das pessoas com problema mental são jovens.

Eu, mesmo sendo do Sul, preocupada com esta situação, venho apelar à Assembleia Nacional, os Srs. Deputados, que tentem fazer algo, procurem visitar a casa. Na legislatura passada, fomos lá visitar, houve promessas, mas os doentes ainda continuam numa situação precária, principalmente aqueles que estão internados.

A segunda preocupação, Sr. Presidente, Caras e Caros Deputados, é sobre o número de violência que tem estado a aumentar no nosso país. Isso dá impressão que, com tanta sensibilização feita, as pessoas não estão a ligar.

O apelo que eu faço, como mulher, é que os nossos governantes, os nossos dirigentes, façam na realidade a justiça em São Tomé. Parece-me que as pessoas fazem de conta. Hoje alguém ofende alguém, entra na cadeia, sai amanhã e no dia seguinte volta a cometer o crime. Isso é mau! Eu não sei onde é que vamos parar com toda essa situação.

A terceira questão, caras e caros Deputados, nós já entramos no período chuvoso, e o Distrito de Caué e mesmo o Distrito de Cantagalo, da última chuvada que houve, deixou muitas fissuras nas estradas ao Sul do País. A cada dia que passa, essas fissuras têm estado a aumentar. Então, Sr. Ministro, eu gostaria de deixar apelo ao Ministro de Obras Públicas para, o mais rápido possível, ver aquilo como está, se for o caso de fazer uma manutenção rápida, para fazer, porque se acontecer outra vez o que aconteceu há 2 anos, nós do Sul do País estaremos sem acesso à via para cidade a capital.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sra. Deputada Beatriz Azevedo.
Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Caras e Caros Deputados, bom dia.

Eu vou tentar ser o mais breve possível, para não queimar tempo do meu Grupo Parlamentar.

Na última intervenção que eu tive aqui, falei demais, eram muitos assuntos, e houve reclamações no Grupo Parlamentar, de que eu tive um acordo com o Presidente da Assembleia, para queimar o tempo do ADI. Então, eu vou tentar ser o mais rápido possível, para não queimar o tempo. Caso sobre tempo para mim, no final, poderei usar outra vez da palavra.

Venho falar de um assunto que está a brigar com a sociedade são-tomense e que nos mete a todos numa vergonha incrível, que é a violação das crianças. É um assunto badalado. Quero aqui encorajar o Governo, pelas campanhas de sensibilização que vem fazendo, mas é obvio que todos os outros governos que passaram, mesmo o governo anterior, também trabalhou muito nesta matéria. Aproveito aqui também para cumprimentar a UNICEF, as Nações Unidas, pelo apoio que tem dado sobre esta matéria, mas a sensação é que todo esse trabalho está a ser em vão, porque os casos de violação de menores, abuso de menores, está a aumentar consideravelmente, para não falar de todos outros casos que não chegam ao conhecimento das instituições próprias. Por quê? Porque os violadores de menores negoceiam com os familiares, negoceiam com os pais, negoceiam com os tios e os casos não chegam à barra do Tribunal. E não é por falta de lei. A lei existe e, para mim, não está mal, está bem. Agora, o que é necessário é, quer os Magistrados do Ministério Público, quer os Magistrados Judiciais, serem duros com os prevaricadores. A norma estabelece os limites mínimo e máximo, que deem limite máximo às pessoas que violam as crianças. Não aceitem atenuantes, porque, da forma como as coisas estão, nós estamos a massacrar uma geração de mulheres que São Tomé e Príncipe vai precisar no futuro. Para além dos traumas com que essas crianças crescem, nós podemos abanar a cabeça e tal, mais é traumatizante aquilo que estão a fazer às nossas meninas.

O dia 11 de Outubro foi Dia Internacional das Meninas. Por isso, gostaria de encorajar o Governo a continuar a sua campanha. UNICEF, Nações Unidas, Sras. e Srs. Deputados, não podemos abaixar a cabeça, há muitos violadores aqui...

Murmúrios e risos.

...no nosso país, não estou a dizer aqui no Parlamento. Se houver no Parlamento também, eu aviso já, se aparecer, não vão contar com o meu silêncio. Não quero aqui personalizar caso a caso, cada um é como cada qual, cada um sabe de si, mas é um assunto que temos todos que combater.

Deixemos as nossas crianças crescerem em paz! Deixemos as nossas meninas crescerem em paz! Deixem de estar a dar boleia às crianças e perguntar qual é a sua idade. Qual é a idade das crianças? Está a perguntar a idade para quê? Para saber se tem ou não 18 anos, para depois enganarem as meninas.

Risos gerais.

Eu não estou a rir, porque não é coisa para rir! É coisa séria!
É isso que gostaria de dizer, já recebi 5 minutos e é o único assunto que eu trouxe aqui.
Obrigados a todos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.
Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, Caras e Caros Deputados, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, bom dia.

Tomo a palavra, para citar várias situações, porque está hoje na moda a questão das dívidas ocultas. Queria chamar atenção a esses mesmos autores, que o nosso país tem vindo a conhecer desde 1975. Também tomei conhecimento que são quase as mesmas pessoas, tirando a alma que não merece, que também em 1975, quando tomámos a independência, muitos dos nossos dirigentes, disseram que o cofre estava vazio. Hoje já sabemos que o banco ultramarino deixou o cofre com significativas somas, mas que desapareceram. A mesma continuidade de ludibriar a população continua, cofre vazio, dívidas ocultas.

Chamo atenção a esses dirigentes de que o povo de ontem, como muita gente já dizia, já não é o povo de hoje. É diferente.

Daí que só se ouve falar de dívida ocultas,...

Uma voz: — Não sinta medo!

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — ...só se fala de dívidas ocultas. Das falhas de energia elétrica que havia, que supúnhamos que atualmente se iria resolver, das coisas menos esclarecidas, nunca se ouve falar. Por exemplo, mais de 100 salas de aulas que foram construídas pelo anterior executivo. Hoje ouvi aqui um Deputado do grupo parlamentar do poder reconhecer que o ano lectivo começou bem. Também foi devido à construção dessas 100 salas de aulas. Hoje, a Ministra da Educação tem menos problemas. Por isso é que o ano lectivo, se calhar, começou com poucas perturbações.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Estamos a pagar as salas.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — É preciso falar. Pois é. Se estão a pagar as salas, por quê estão a falar de dívidas ocultas. São dívidas do Estado...

Uma voz: — Tem que pagar ao Estado.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Exatamente. Queria dizer também que não se fala de alguns quilómetros de estrada que foram feitas. Há muita gente que ignora até a estrada do Príncipe, que estava um caos, que foi graças ao anterior executivo, que tomou a decisão de fazer uma dívida para o País, para construir a estrada naquela região. Hoje, às vezes, eu ouço pessoas dizerem que está esburacada. Qual é a construção no Príncipe que não tem essas dificuldades, por causa de climatização? Depois ainda, quando se sabe que o construtor tem responsabilidades futuras, porque a estrada ainda não foi entregue definitivamente. Tem responsabilidades, mas o importante para nós que vivemos lá, para maioria das pessoas, é a feitura das coisas. Foi feita, é um problema que ficou para trás. Questões de reabilitação, vai-se resolver.

Também não se falar aqui da decisão política tomada pelo anterior executivo. A decisão política e diplomática que o anterior executivo tomou perante a República da China Popular. Graças a essa decisão, hoje, muitos são-tomenses já vão à China em formações de curta duração, e sabemos que há actos, há projetos assinados, que hoje se lança com pompa e circunstâncias, de casas sociais. Quem é que conseguiu? O anterior executivo. Não se fala de nada disto. Só dívidas ocultas, só denigrir a personalidade dos outros, depois nós falamos que queremos diálogo nacional. Que diálogo?

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Nome dele?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Também não se fala do perdão da dívida, que o País obteve perante a República da China Popular. Foi o anterior governo que conseguiu negociar e perdoar a dívida com a República Popular da China. Tem-se que falar disto e das coisas boas também.

A Região Autónoma do Príncipe, hoje, conhece dificuldades enormes, Srs. Deputados. Vou vos dar um exemplo aqui. O tempo é curto, não dá para falar de muita coisa, mas falo-vos só de um exemplo.

Uma voz: — Está a gastar o tempo do ADI.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Convido Vossa Excelência a conhecerem um menino chamado Ulisses, que tem aproximadamente 5 anos. Ulisses nasceu em 2014 e até 2018 não conheceu, não sabia o que era escuridão. Ultimamente, o Ulisses estranhou-se, quando o seu pai acendeu um candeeiro em casa. Ulisses ficou todo espantado: «Oh pai, o que é isto? »

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Você é poeta!

Estou à espera, aqui neste púlpito, de Sua Excelência o Primeiro-Ministro, para lhe dizer do trauma que Ulisses sente hoje, na Região Autónoma do Príncipe.

Aplausos do ADI.

Ulisses não sabia o que é a escuridão, durante o anterior governo. É uma parcela do território, é uma região do País que conheceu alguma melhoria. Então, há vários problemas, mas o anterior executivo também fez muita coisa boa.

Para terminar, ouvi falar de salários em atraso. Há muita gente que não acredita, mas de facto há pessoas que hoje justificam «ah, hoje temos salários em atraso, mas não vamos ao banco». Está bem! O Governo não vai ao banco, mas as pessoas que recebem o salário sofrem com o banco, porque a maior parte delas tem empréstimos bancários e o banco cobra juro, mais ou menos do dia 20 até o dia 15 do mês seguinte...

O Sr. **Alexandra Guadalupe** (ADI): — Dia 10.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Quem está a sofrer, quem está a levar com esses custos não é o Estado, não é o patrão, mas sim a população.

Tem que se tomar em causa e tem-se que ter muita atenção quanto a este aspecto.

Aplausos do ADI.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Mé-Zóchi correu com Patrice, Água Grande correu com Patrice, Lobata correu com Patrice...

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado Carlos Correia.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, caros presentes, povo de São Tomé e Príncipe, em especial a população do Príncipe, muito bom dia.

Começo esta minha intervenção com algo que tem estado a passar despercebido nesta Casa Parlamentar. Tendo em conta que esta é a primeira sessão que estamos a ter desde o sucedido com o nosso conterrâneo pastor, na Costa do Marfim, portanto, como não ouvi os que me antecederam tocarem neste assunto, tomei a liberdade para, em primeiro lugar, solidarizar-me com a família do referido pastor e apelar às autoridades são-tomenses, que sei que já iniciaram diligências, a serem mais céleres, de forma que possamos esclarecer tudo quanto se passou com o pastor, de forma a tranquilizarmos os seus familiares, e não só, toda a população de São Tomé e Príncipe. Afinal de contas, somos todos irmãos. Por isso, este é o meu apelo ao Governo e a todas as entidades.

Para entrar concretamente naquilo que vim fazer, Sr. Ministro, ouvi aqui alguém falar de um miúdo que não conhecia escuridão. Eu sinceramente esperava mais, porque de facto não é este o problema que o Príncipe enfrenta neste momento e que deve ser focalizado. O Príncipe de facto está a enfrentar muitos problemas, e esperava que as pessoas pudessem entrar mais, tendo em conta que vivem, se é que vivem no Príncipe, e se são conhecedores desses problemas, que pudessem levantá-los aqui com mais ênfase.

Sr. Ministro, infelizmente, desde que houve o naufrágio do navio Anfitrite, o Príncipe também afundou com esse barco. Não era o maior, mas era o melhor que tínhamos, o que mais conseguia fazer o abastecimento à Região Autónoma do Príncipe. Portanto, sinto-me na obrigação de pedir ao meu Governo, que sei que está a fazer um esforço para resolver os problemas, mas eles são muitos. O Governo acabou agora de ter o acordo com o FMI, um acordo que não vai resolver todos os problemas, porque são muitos, vivemos num país onde as prioridades são muitas e o pedido que queria fazer, em nome dos meus irmãos da Região Autónoma do Príncipe, é que, no quadro da prioridade das prioridades, o Governo incluísse o Príncipe, por causa da actual situação. O navio que actualmente faz o abastecimento normal de géneros alimentícios e de combustível, sobretudo para o uso da população, é um navio que é muito grande e que não consegue escalar no Príncipe, todos os meses. É um navio que às vezes leva 15 dias, 1, 2 meses para ir ao Príncipe. Leva muito tempo para carregar e descarregar, chega ao Príncipe, abastece, mas muitas vezes, sobretudo na questão do combustível, o combustível acaba com o navio ainda no Príncipe, a proceder às suas descargas. Portanto, isso tem provocado a especulação do preço do combustível no Príncipe. Daí que peço ao Governo que, no quadro da prioridade das prioridades, dê uma atenção especial à Região Autónoma do Príncipe e à população, que já tem sofrido muito por causa da descontinuidade geográfica e a dupla insularidade e que precisa de facto de uma atenção.

Falou-se aqui também da questão do salário. Costumo dizer a algumas pessoas que, nos últimos meses, o salário tem estado a sair nos dias 6, 7, em todos os meses. De 6 de um mês para 6 de outro mês, não deixa de ser um mês, mas o problema é que de facto, como alguém disse aqui, a maioria dos funcionários têm os seus compromissos com o banco. Sempre que os salários se atrasam, de facto, são penalizados, pelos juros que têm que pagar.

Daí que, em nome deste povo que me elegeu para os defender, peço encarecidamente ao Governo que coloque o Príncipe da agenda da prioridade das prioridades, para que possamos aliviar aquela população, porque neste momento, por causa do naufrágio do Anfitrite, infelizmente a vida das pessoas complicou-se muito na Região Autónoma do Príncipe.

Agora, só para terminar, infelizmente, falou-se aqui de coerência, mas somos muitos que não temos coerência. Às vezes falamos de uma coisa e depois a outra. Vir aqui parabenizar por uma estrada, só porque foi feita, e esquecer da qualidade da mesma, não é coerente. Neste momento, praticamente, o Príncipe não tem estrada. Houve uma vontade sim de se fazer estrada, fez-se a estrada, mas era necessário que ela fosse feita com qualidade, porque a estrada, com menos de um ano, já está toda esburacada. Fui chamando atenção aqui disso. Portanto, não tem piada nenhuma vir aqui elogiar aquela estrada que foi feita no Príncipe.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado António Barros.
Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Venho aqui com três questões.

Uma primeira questão já foi abordada pelo Deputado que me antecedeu, sobre a questão do pastor são-tomense retido na Costa do Marfim. Gostaria de aproveitar esta oportunidade, para felicitar a 1.ª Comissão e a Assembleia pelo excelente trabalho. Numa forma de pressão, consegui fazer com que as autoridades pudessem tentar saber o que se passava com aquele pastor retido na Costa do Marfim. Para além da detenção e da prisão do pastor, há questões que precisam ser vistas ao nível da igreja, porque há uma questão de humanidade. Uma senhora grávida, com um filho, com passaporte o caducado, é posta no avião, para um segundo país, para seguir viagem para o País de origem, e houve consequências graves, em Libreville, em relação a essa senhora. Por isso, é bom também chamar à responsabilidade a igreja, pelos gastos que a família teve que fazer para que a senhora chegasse a São Tomé.

Outra questão que me preocupa é que há questões que acontecem no País, que dão sinais de retrocesso. Lembro-me que, na governação da Coligação MDFM/PCD, de 2006 a 2008, mais ou menos, houve uma medida muito importante, que foi tomada em relação ao desmantelamento da praia Brasil. Hoje estamos a assistir a uma cena triste, o que estão a fazer naquela parte, eu não digo na praia Brasil, mas num espaço que podia ser aproveitado para fazer um jardim, porque é a entrada da cidade. O que está lá agora é uma autêntica lixeira. Não sei quem tomou essa decisão...

Vozes do ADI: — A Câmara.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Mas é preciso que o Governo veja essa questão, porque é a entrada da cidade.

Outra questão, é que muita gente não quer ver para esse problema, mas é um problema que pode ser muito grave para o futuro, que é a questão do mercado Côco-côco. Tenho receio de passar por aquela área, porque com esse tempo chuvoso, com tanta chuva a cair, não sei se aquele edifício vai resistir tanto tempo. Por isso, gostaria que o Governo me dissesse qual é o problema que existe, para a não utilização do mercado de Bôbo Forro. O País gastou dinheiro, os parceiros apoiaram e investiram o seu dinheiro e até hoje não temos uma medida, um plano de acção que vise a utilização desse mercado.

Faço esse apelo, já que falam de tantas questões, mas é bom que também saibamos fazer as coisas boas, para que a nossa população saiba que estamos a agir de boa-fé.

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos.
Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados.

Eu trago para a nossa reflexão um assunto que julgo que é de preocupação de todos e que está a comover muito dos Deputados e todos os são-tomenses, em geral.

Tomei conhecimento de que o nosso país tem, em Portugal, mais de 2 000 pacientes, em tratamento médico, devido à incapacidade do nosso país, das condições que não temos para essas pessoas serem tratadas aqui no País. Falei com alguém em Portugal, que me telefonou com muita preocupação, porque, por razões diversas, muitas dessas pessoas enfrentam dificuldades financeiras, sociais, de fragilidade, que têm levado esses pacientes a viverem momentos difíceis.

Por isso, assistimos esses pacientes são-tomenses a recorrerem, várias vezes, à nossa Embaixada à procura de apoios sociais, que são escassos, devido às condições financeiras do País. Sabemos que isso é sequencial. O País não está a encontrar uma solução para estancar esse problema e anualmente continua a ir para Portugal mais de 200 pacientes são-tomenses, o que vai agravando cada vez mais a situação. Dentre esses pacientes há uma preocupação enorme, que me chocou bastantes, que são com os hemodialisados. Esses estão condenados a estarem em Portugal para sempre. Não podem vir, porque não temos as condições criadas no nosso hospital, para atender esses doentes. Por isso, chamo atenção do Governo, porque está no nosso orçamento dotação, mas há aqui um acordo, assinado pelo anterior governo, para a modernização do nosso Centro Hospitalar, incluindo a construção de uma unidade de diálise. Os estudos foram feitos, já se usou parte desse dinheiro, pagou-se os estudos, e há toda a necessidade de avançarmos com isto. Não podemos ter são-tomenses a sofrerem num outro país, quando temos as condições de criar essas infra-estruturas, esses serviços de atendimento e não estamos a fazer, se calhar, por razões meramente políticas.

Peço ao Governo para continuar com essa acção, porque está no Orçamento.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Orçamento é dinheiro?

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Reparem, meus senhores. Se tivermos no País as capacidades físicas e de recursos humanos para tratarmos os nossos doentes aqui em São Tomé, teremos muitas vantagens: não teremos despesas financeiras enormes, as pessoas não estarão em Portugal a sofrer, não estarão condenadas a viverem para sempre em Portugal.

Falou-se aqui de consenso. Era bom que houvesse consenso e que o Governo, certamente este ano e neste orçamento já não irá conseguir, mas que para o próximo orçamento pudesse realmente dar continuidade a esse projecto, que é de interesse nacional.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Quando vinha para cá, ouvir dizer lamentações, mas é preciso continuar a lamentar, meus senhores, porquê? Porque muita gente não quer olhar o País real. Há pessoas que propositadamente querem sofrer de amnésia selectiva. Ouvi aqui duas palavras muito importantes: coerência e consenso. Mas não basta estar a falar de coerência e consenso. É preciso passarmos das palavras aos actos, às acções, meus senhores. Há um país, que é esse, que é o nosso, que foi governado durante 4 anos e que muitas coisas ficaram por resolver, muitas coisas não se conseguiu resolver. O que lamento é que, em 10 meses, se queira que se resolva os problemas que em 4 anos não se conseguiu resolver. Isto é impressionante!

Agora, referindo-me à questão que foi aqui colocada pelo Sr. Deputado Levy Nazaré e pelo Líder da Coligação PCD/MDFM-UDD, a questão da violência doméstica, a questão da violação de menores. Este é um campo de consenso. Pessoalmente, acredito que é possível haver consenso nessas duas questões, que afectam a nossa sociedade de maneira vergonhosa.

Em relação à questão de violação de menores, há uma coisa que já se sabe, é que muitas vezes há negociações. A família negocea, os tios negoceiam, os pais, os primos. Meus senhores, não há nenhuma negociação, na minha óptica, em relação a essa questão. Quero saber em que ponto a própria Lei pode proteger essas crianças. Se as famílias negoceiam, que a sociedade denuncie, se faz favor, porque não pode continuar. Não posso continuar a criar traumas pelo resto da vida nas criancinhas. É preciso que se tome medidas, mas é preciso que cada instituição também assuma as suas responsabilidades, porque muitas vezes há o receio. O facto é dectetado, mas há receio. Se a família não diz, como é que vou dizer? Digo sim senhor, se souber.

Há outra questão que me traz aqui, que é a questão das roturas constantes do *stock* do combustível. Sei que há várias diligências que o Governo está a fazer e quero apelar que continue com essas diligências, para que se encontre uma maneira de sanar esta dificuldade. É uma dificuldade real, mas é uma dificuldade dentro do País real que se chama São Tomé e Príncipe e é preciso que se encontre uma maneira de ultrapassá-la. Aqui também é um campo de consenso, porque é um problema que afecta toda a sociedade. Qual é o consenso a que eu me refiro? Há uma falha, uma rotura do combustível. Apelar aos motoqueiros para fazerem manifestação, para quê? Apelar aos motoqueiros e, muitas vezes, incitar à violência, quem sai a ganhar com isso? Ninguém sai a ganhar. Todos perdemos.

Em relação a outra questão que me traz cá, que oiço falar nos últimos dias e parece até que se trata de uma brincadeira, mas que não é brincadeira nenhuma, a questão das dívidas, chamem-se ocultas, chamem-se escondidas, vamos inventar nomes para isto, mas se eu, enquanto Estado, pessoa de bem, contraio uma determinada dívida e ela não está no Tesouro Público, quero saber qual é o nome que se dá a ela.

Uma Voz do MLSTP/PSD: — É escondida.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — É escondida, porque contraí a dívida. O outro governo, quando chega, não tem conhecimento da dívida, mas depois vem tomar conhecimento. Fiz obra? Fiz, mas por quê não está no Tesouro Público? É apenas isso e não posso ver como uma questão de perseguição, de que se quer denegrir a outra governação. Não! São coisas reais e num país real. Chamem o nome que quiserem chamar, mas há coisas muito pouco claras neste país.

O Sr. **Presidente**: — Tem palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Pedi a palavra para falar sobre alguns assuntos, nomeadamente a questão que é muito propalada, que tem a ver com a dívida oculta e o caso do Jornalista Óscar Medeiros.

Ao falar deste assunto, gostaria também de falar da questão de dois jovens são-tomenses que têm estado a dar muito a este país, mas se calhar está a passar de forma despercebida. Têm-nos ajudado a ter informações que são ocultadas pela própria televisão e a radio. A TVS e a Rádio Nacional não passam algumas informações, mas graças a esses jovens algumas informações estão a chegar até nós.

Relativamente à questão da dívida oculta, quero dizer às pessoas que nada mais é do que esconder, sim, escamotear, camuflar a incapacidade deste Governo de resolver os problemas gritantes da população, nomeadamente a questão do desemprego, que está a aumentar de forma galopante em São Tomé, a

questão da frustração, que próprio dirigente da actual maioria chegou a dizer, ouvi no órgão de comunicação social, chamar de frustrado um ao outro.

A coisa é tanta que de facto devem estar perdidos, porque de qualquer maneira uma pessoa que quer assumir o Governo, no mínimo, tem que conhecer o País que vai governar. Agora, o grande problema do actual Governo, da actual maioria, é a forma como chegaram ao poder, queimando viaturas, destruindo as infra-estruturas já construídas no país, incendiando o País, praticamente, para verem se conseguem então ascender ao poder. E, por essa via, obviamente que não têm outra saída, se não estarem a passar exatamente o que estão a passar.

Quando se fez referência à questão da ruptura do stock do combustível, pela informação que se tem, é que os jovens começaram a manifestar-se, porque houve uma informação mal passada. Passaram a informação de que havia combustível em determinadas bombas e as pessoas foram até essas bombas, não viram o combustível, então, ficaram revoltadas. É preciso explicar as coisas como elas devem ser. Se estamos atentos ao País, é isso.

Por isso é que eu ia falar da questão do Óscar Medeiros. Porque Óscar Medeiros cometeu um crime. Sabem qual é o crime? De ter informado. Se o Jornalista informar com verdade é cometer crime, então eu não sei em que país, em que República estamos. Quando dissemos que íamos resgatar a liberdade de expressão, resgatar a liberdade de imprensa, levam um jornalista para Tribunais, num complô, para roubar o Estado. Isto é evidente! É um complô, para extorquir, para roubar o Estado, porque é o próprio Estado, que nós todos somos parte, que tem que pagar depois a indemnização aos Juízes, que estão à espera de serem, mais uma vez, indemnizados, porque prestaram muito bom serviço! A única coisa que o jornalista fez foi divulgar o relatório do Tribunal de Contas, que estava a contas, digamos, com os Tribunais Judiciais. Isso não é crime nenhum. Se isto dá lugar a julgamento do Jornalista, eu não sei em que República estamos! Digam-me em que República estou. Isso não é norma.

Eu também me congratulo com o Deputado que cá veio, de facto, referir-se, que ele também não está satisfeito com isso. É verdade. É preciso dizer a verdade. Não se pode estar satisfeito com esse tipo de coisas!

A questão da dívida oculta, volto a dizer, acho que nós temos que explicar à nossa população que isto está. As dívidas contraídas pelo anterior governo, que todos os outros também fizeram... estão visíveis as obras as construções, tudo aquilo que se fez.

Agora, a questão da dívida oculta, volto a dizer-vos, têm que explicar melhor à população o que é isso. Como é que o FMI e o Banco Mundial, instituições sérias, vão assinar um programa com um país que tem dívidas ocultas? Vocês estão a divertir a população. Nós temos o exemplo de um país, em que houve o caso de dívida oculta, o que é que o FMI fez? Apenas suspendeu o programa, até eles esclarecerem, para depois retomarem o programa. O que é que nós fizemos? O actual Governo foi premiado, porque o governo anterior escondeu dívidas? Façam o favor de explicar melhor à população.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar da Coligação.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, alguns assuntos me trazem aqui. O primeiro, e não podia deixar de ser, tem a ver com a tal situação, ou o tal caso das dívidas escondidas, dívidas camufladas, ocultas, ou seja, como quisermos chamar.

Estive na sala, lá em baixo, na Cave, o Sr. Deputado esteve lá presente, quando a Sra. Representante do FMI disse taxativamente que desconhecia por completo um pacote de dívidas que foram executadas pelo anterior executivo.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Já ouviu?

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Chama-se a isso o quê? Dívidas escondidas ou ocultas? Utilizemos a nomenclatura que quisermos, mas se estiveram atentos, na declaração política, eu disse, em nome do meu Grupo Parlamentar, que como o assunto foi remetido ao Ministério Público, caberá lá aos distintos procuradores analisarem e se posicionarem. Até lá, para mim e para o meu Grupo Parlamentar, dívidas ocultas, sim!

Outro aspecto que me traz aqui e apenas para lembrar. Eu já disse também aqui, em nome do meu Grupo Parlamentar, que nós, por uma questão de princípio, decidimos respeitar o posicionamento dos órgãos de soberania. Não gostamos de nos pronunciar nos assuntos que estão na esfera da Justiça, para evitar os disse que disse, mas é verdade que a gente tem que lembrar o que é que se passou com o Jornalista Abel Veiga, há pouco tempo.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — No Gabinete do Primeiro-Ministro.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Foi impedido de acompanhar uma conferência de imprensa do então Primeiro-Ministro. Então, não me venham aqui tentar mostrar que é de ontem para hoje que a situação ganhou esse ritmo. Eu tenho o meu posicionamento em relação a muitos factos deste país. Outros

eu decido, por uma questão de princípio, não falar, mas é bom também a gente ter coerência, sim, e saber como se posicionar.

Uma voz: — Julgado também.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Coerência!

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Foi julgado, não é? Está bem.

Outro aspecto que eu gostaria de trazer aqui tem a ver com a mitologia do Príncipe. Gostaria de apresentar ao Sr. Deputado Carlos Correia a mitologia são-tomense, a história do Nino, do Chum, da Mana que, em 2018, sofreram o pior apagão da história da nossa República. Portanto, Sr. Deputado, vamos tentar uniformizar as nossas mitologias, para tentar mostrar ao povo como é que a coisa anda a funcionar ao longo dos tempos neste país.

Murmúrios.

E, por último, gostaria de trazer aqui a minha posição e deixar mais uma vez clara a minha voz em relação ao caso que já foi aqui frisado, falei na declaração política, mas vou repetir, que tem a ver com a violência doméstica e abuso sexual de menores. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, tal como foi dito aqui por outros Deputados, a situação é extremamente grave! Na Rádio, ouvi que um filho batia a sua mãe e, aquele dia, tive o dia todo estragado. Eu ouvi que o filho batia na mãe. Não bateu uma vez, batia sempre. Eu confesso, não sei onde essa alma anda, mas eu espero que ele esteja preso, no mínimo. E depois, nós temos relato de vários casos de abuso sexual de menores. Eu, ao convite da Ministra da Justiça, aderi à causa «Laço Verde», sim, e vou continuar a participar sempre, mas com um propósito. Não era só para dar a cara e falar. É para mostrar mesmo a minha indignação.

O Sr. Deputado Levy disse que a lei é boa. Ela é boa, mas tem insuficiências. O aspecto, por exemplo, da denúncia do abuso sexual de menores está no Código Penal, creio como semi-público. Nós temos que mudar isto aqui, tornar público, para permitir aquilo que disse o Deputado Raúl Cardoso, permitir que aquele vizinho que ficar sabendo possa denunciar também. É uma falha que está lá que nós temos que alterar. Essa, dentre outras.

Estou a falar daquilo que eu pude discutir com alguns juristas do nosso país. Portanto, é um trabalho, é um desafio que nos cabe a todos, e terminar essa Legislatura sem fazer nada será uma marca muito negativa que nós vamos levar daqui para fora.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente:** — Obrigado, Sr. Líder Parlamentar.

Não temos mais inscritos, portanto, vou pedir ao Sr. Ministro para esclarecer algumas questões aqui levantadas, relativamente ao Governo, no âmbito do artigo 94.º, *alínea c)*. Portanto, o Sr. Ministro pode responder às perguntas dos Deputados sobre quaisquer actos do Governo ou da Administração Pública.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares:** — Sr. Presidente, uma vez mais, bom dia à Mesa, às Sras. e aos Srs. Deputados.

Venho cá, como sempre, para tentar, pelo menos, prestar alguns esclarecimentos em relação a alguns assuntos que foram aqui focados pelas Sras. e Srs. Deputados.

Começo por falar, uma vez mais, sobre a questão da ligação entre as ilhas, São Tomé e Príncipe. É um assunto que realmente é recorrente. O Governo já esclareceu que tem estado em conversações com o Governo Regional, para se encontrar uma solução permanente, porque já demos conta de que não podemos viver de paliativos que, a médio e longo prazos, não resolvem o problema.

Nesse sentido, depois de uma conversa prévia com o Governo Regional, em que se chegou a um consenso, numa das sessões do Conselho de Ministros, e isso foi tornado público, decidimos avançar para a feitura de termos de referência, para o lançamento de um concurso para operadores privados, a fim de assegurar a ligação entre as duas ilhas, naturalmente, depois e o Governo conceder algumas benesses ao operador, de forma que o negócio, digamos assim, seja também rentável para o mesmo e que possa ser feito de forma mais eficiente.

Falou-se também aqui sobre a questão da ruptura do combustível no nosso mercado. Creio que foi o Sr. Deputado Ekneide que, na sua declaração política, disse que está a faltar ao Governo arte na negociação com a SONANGOL, para aumentar o nível do produto fornecido. Gostaria de dizer ao Sr. Deputado que, como deve ou pelo menos devia saber, este é um processo que vem desde 2017, ou seja, a SONAGOL vem, desde 2017, diminuindo sistematicamente o fornecimento, ou a quantidade de produto fornecido à ENCO.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Ham, ainda era no tempo do ADI.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**: — Desde 2017, tenho cá os dados e posso avançar. Só em termos de gasolina, para esclarecer às pessoas, em 2017, recebemos 12 356 000 (doze milhões, trezentos e cinquenta e seis mil litros). Em 2018, já houve um corte para 10 milhões e cem litros. E neste momento, até 30 de Setembro de 2019, vamos com 6 428 000 (seis milhões e quatrocentos e vinte e oito mil litros). Portanto, há uma tendência natural para a quebra do fornecimento. Qual é a causa desta quebra? Todos nós sabemos, as dívidas da EMAE, a incapacidade do Governo ou do Banco Central em dar a necessária cobertura cambial, para a transferência de divisas, em razão da situação económica e financeira do País. Lembro que terminamos o ano 2018 com as reservas internacionais líquidas em 1.6, neste momento, está em 2.7, e estamos a tentar recorrer. Portanto, isto é um problema conjuntural, mas naturalmente, da parte do Grupo Parlamentar do ADI, se houver alguma sugestão, alguma solução mágica, para nós lidarmos este problema, estamos abertos para ouvir e apreciar.

Murmúrios.

O Governo está a trabalhar em soluções.

Murmúrios.

Vocês levantaram o problema, disseram que o Governo é incapaz, portanto, se têm soluções, nós agradecemos. Todas as soluções são bem-vindas.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Outro dado também que eu posso fornecer, só para esclarecimento, é que, de Julho para cá, a SONANGOL enviou apenas um navio e tem aumentado o tempo de entrega do produto. E se notaram, se houve ruptura aqui, já houve dois carregamentos que foram efectuados com outro fornecedor. Portanto, para dizer que estamos a trabalhar em soluções, mas não é fácil. Não é um mercado fácil, é uma questão nova. Habitamo-nos, durante 45 anos, com as mãos estendidas, dependentes dos nossos parceiros angolanos que, neste momento, também estão a passar as suas dificuldades. Apanhamos por tabela, mas estamos a trabalhar em soluções permanentes. Volto a dizer, se tiverem também sugestões, são bem-vindas.

O caso do atraso da ambulância também foi aqui focado. Gostaria de dizer que, neste momento, está a decorrer um inquérito interno, a nível do Ministério da Saúde, para sabermos exatamente o que é se passou, para tentarmos perceber o tempo de espera e, naturalmente, se houve falha, saberemos reconhecer e vamos tratar de corrigir, porque é assim que as coisas têm que ser.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Muito bem! Obrigado, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**: — As famosas dívidas ocultas. Bom, acho que já foi dito aqui por alguns Deputados, são dívidas que não estavam registadas, nem no Gabinete de dívidas, nem na Tabela de Operações Financeiras do Estado. Portanto, não contavam como dívida! Não sei que nome se dá a isso. Nós vamos pelas dívidas ocultas ou escondidas, mas como disse também o Sr. Deputado Cotú, este assunto está na Procuradoria-Geral da República e, naturalmente, saberão dizer a sua justiça.

A situação do Mercado de Côco-Côco, Sr. Deputado Arlindo Ramos, naturalmente que nós também estamos preocupados. É uma situação que já se arrasta há muitos anos. Eu era Diretor de Gabinete do Governo do Dr. Gabriel Costa, em 2014, já tínhamos relatórios do estado grave deste mercado.

O Sr. Deputado Ekneide, na altura, também era Presidente da Câmara, de certeza que conhece também essa situação. Portanto, é um assunto que passou 4 anos, não foi resolvido. Nós agora temos que resolver, a batata quente está nas nossas mãos, e vamos resolver, sim senhor!

O Mercado de Bôbo-Forro, quando o Governo entrou, a obra já tinha sido entregue há quase 1 ano. Também não percebo porque é que os senhores, na altura, não fizeram a transferência para o Mercado de Bôbo-Forro, se era tão fácil assim!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Gostaria de dizer que já foi feito o levantamento das necessidades de obras que o Mercado de Bôbo-Forro precisa. É um Mercado que não reúne todas as condições ainda e o Governo está a trabalhar para fazer essas obras, para rapidamente tratar da transferência.

Outra questão também levantada aqui tem a ver com a situação dos doentes em Portugal.

É uma situação que nos preocupa. Ainda por acaso, aquando do regresso do Sr. Ministro da Saúde de uma missão, passou por Portugal, teve um encontro com a nossa Embaixada e com alguns profissionais de saúde, nacionais, residentes em Portugal, este tema foi abordado. É uma situação que é também estrutural. Neste momento, o Hospital não tem as condições todas para tratar os nossos doentes. Tem que haver um número elevado de evacuações. Por questões humanitárias, nós não podemos cruzar os braços, enquanto

não se resolver o problema do Hospital. Suspender as evacuações, não! Há cidadãos com casos críticos que infelizmente não conseguimos dar resposta aqui, temos que tratar da evacuação.

E a questão da hemodiálise, levantada pelo Deputado Carlos Pinheiro, também, realmente está e tem estado no Orçamento, é uma questão também antiga e, se fosse tão fácil de resolver, eu creio que o Governo do ADI, em 4 anos, também teria resolvido. Portanto, não resolveu, é mais uma batata quente, estamos a trabalhar para ter soluções permanentes.

Murmúrios.

Não estou a dar desculpas.

Murmúrios.

E para finalizar...

O Sr. **Presidente**: — Bom, Srs. Deputados, não sei se temos que...
Vamos suspender por 5 minutos?

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**: — Srs. Deputados, tenho o prazer de ouvir as vossas intervenções, ouço com toda a atenção, tomo nota, eu agradecia também que fizessem o mesmo.

Murmúrios gerais.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos respeitar o Sr. Ministro.

O Sr. Deputado pode pedir interpelação à Mesa, para saber. Não é desta maneira!

Murmúrios.

O Sr. Ministro pode continuar, se faz favor.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, para terminar, volto a falar de uma questão que tenho falado várias vezes e hoje alguns Deputados também falaram dela, a questão da coerência. Chamo atenção, uma vez mais, sobretudo aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas, representantes legítimos do povo. Nós temos que ser coerentes. Muitas vezes, falámos em continuidade do Estado, mas só nos interessa focar isto, quando há coisas boas. Se houvesse um trabalho prévio do governo passado, a coisa, hoje, não estaria assim. Mas quando são coisas menos boas, aí já não há continuidade do Estado. É incompetência do Governo actual.

Quando falámos aqui que a abertura do ano lectivo correu sem condicionantes, foi porque o governo passado inaugurou cem salas, muito bem! Quando falámos aqui das estradas de Oque Del-Rei, de Cruzeiro, do Hospital, estavam paradas muitos anos, mas foi porque o governo passado avançou as obras, muito bem! E quando falamos na questão dos atrasos das bolsas de estudo, aí já não há continuidade do Estado. Já não nos lembramos que este Governo herdou um período de quase 6 meses de atraso de bolsas de estudo. Quando falamos da questão do IVA, é a mesma coisa. O IVA, hoje, já não vale, é incapacidade de negociação do Governo com o FMI, quando o IVA é um processo que veio do governo passado.

Portanto, volto a pedir, meus senhores, coerência!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro.

O Sr. Deputado José António Miguel pediu a palavra, na base de?

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Artigos 104.º e 99.º.

O Sr. **Presidente**: — Mas qual deles, 104.º ou 99.º? Quer evocar o Regimento? Quer protestar o quê, Sr. Deputado? Vai falar em nome do Grupo Parlamentar?

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, eu sou das pessoas que registo muito bem as coisas.

O Sr. **Presidente**: — Sim.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — O senhor, durante a Legislatura passada, disse que o anterior Presidente não era chefe de ninguém, eu recorde. O senhor disse isso aqui. O senhor vinha para a Assembleia da forma como vinha, não se preocupava com nada.

Hoje, o senhor é Presidente, é normal, impõe a sua ordem, mas, por favor, respeite também as pessoas!

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Olha quem fala de respeito!

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Quando eu pedi a palavra, o senhor nem sequer reagiu ao meu pedido de intervenção. Automaticamente, passou a palavra ao Ministro. Para quem está a ouvir, pode ser que não pareça, mas o senhor ignorou completamente o meu pedido de intervenção. Pelo menos, foi o sentimento inclusive que eu notei nos colegas. Por isso, acho que o senhor, no mínimo, devia dizer «Sr. Deputado, depois poderei ou não lhe passar a palavra». O senhor apenas ignorou.

A questão de protesto, é para dizer ao Sr. Presidente, relativamente à intervenção do Ministro, eu não vejo cá, na minha opinião, doravante, a Conferência de Líderes devia colocar um tempo para o Governo, no período prévio. Por quê? Porque o Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares pode vir aqui atacar, sobretudo o Grupo Parlamentar do ADI, pensando que está a responder, o tempo que quiser...

Uma voz do ADI: — Afinal, quanto tempo?

A Sra. **Bilaine Ceita** (ADI): — O tempo que o Ministro quiser.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Tempo que o Ministro quiser. 2, 3 horas, pelo menos, se o senhor está a trazer uma inovação, porque na Legislatura passada não assistimos a isto aqui.

Murmúrios.

É uma inovação. Por isso, é bom que o senhor traga inovações, mas defina o tempo, pelo menos, para que os Deputados saibam quanto tempo é que o Ministro deve usar da palavra.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, costuma-se dizer que o desconhecimento das normas não iliba as pessoas da infracção. O Sr. Deputado falou agora, dentro de quanto tempo?

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Protesto, quantos minutos?

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — São 3 minutos.

O Sr. **Presidente:** — Mas estava marcado ali?

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Falamos da incompetência. A culpa não é nossa. O senhor está a dizer o quê?

O Sr. **Presidente:** — Leia o Regimento e fique sabendo que o pedido de esclarecimento, protesto e contra protesto não são admitidos imediatamente.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Tem que ser inscrito. Leia o Regimento!

O Sr. **Presidente:** — Portanto, não ignorei nada! Preferi dar-lhe a palavra no fim. É o que está no Regimento. Eu não desrespeitei ninguém.

E pelo que eu saiba, não sou e nunca fui incoerente. Eu não disse aqui que sou chefe dos deputados.

Uma voz: — Claro!

O Sr. **Presidente:** — Em que momento eu disse isso?

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Não precisa dizer.

O Sr. **Presidente:** — Mas quem é que fez? Ser chefe é isto? É preciso nós vermos. Cada um pode definir ser chefe à sua maneira. Eu não entendo ser chefe, isto.

Uma voz: — Eles têm chefe, falhou...

O Sr. **Presidente:** — Mas está mal habituado com chefias, se calhar. Portanto, nós chegamos ao fim deste período.

Murmúrios gerais.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Desculpa, Sr. Presidente, eu queria...

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Arlindo Ramos, não disse o que é que ia fazer.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Eu vou dizer agora!

O Sr. **Presidente**: — Não, tem que dizer à Mesa antes.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Estou dizer à Mesa agora.

O Sr. **Presidente**: — Não, tem que dizer à Mesa que está a falar na base de que artigo.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Vou dizer já!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Arlindo, antes de acender a luz e ter o microfone...

O Sr. **Arlindo Ramos**: — Ponto 1 do artigo 99.º.

O Sr. **Presidente**: — Pronto, vamos ver isto. Primeiro tem que pedir que quer evocar o Regimento. Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — A minha evocação ao Regimento prende-se com a intervenção do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares. Eu havia, numa plenária passada, chamado atenção à Mesa, por este facto. É que o uso da palavra pelo Ministro não se enquadra no período de antes da ordem do dia, pelo facto de o artigo 94.º estar numa secção segunda e não na secção primeira. Antes da ordem do dia faz parte da secção primeira. Portanto, o uso da palavra pelo Ministro é na secção segunda. Isto quer dizer que, logisticamente, não é possível o Ministro usar da palavra, no período de antes da ordem do dia.

Outra questão, o artigo 94.º diz que o Ministro só usa da palavra, para apresentar propostas de lei e de resolução, propostas de alteração e moções, participação nos debates, responder perguntas dos Deputados sobre qualquer acto do Governo e da Administração Pública, evocar o Regimento...

Murmúrios gerais.

O Sr. **Presidente**: — Vamos ouvir, Srs. Deputados.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — ... ou interpelar à Mesa, formular e responder a pedidos de esclarecimento, reagir contra ofensas à honra, consideração e dar explicações, nos termos do artigo 103.º, fazer protestos e contraprotestos. Porque é que eu levanto esta questão, Sr. Presidente?

Nós falamos muito na questão de os Deputados estudarem o Regimento. Sabemos que, na evocação ao Governo, há o capítulo regimental próprio que evocamos, dirigimos perguntas directas ao Governo. No período de antes da ordem do dia, segundo as regras, não dá direito ao debate. Toda gente sabe disto. Isso não é de agora. Não há direito a debate. Quando os pedidos de esclarecimento são feitos, é noutro artigo, não faz parte deste, o uso da palavra pelo Membro do Governo, meus senhores. Eu não estou a defender que o Ministro não pode falar. Que fale! Só estou a alertar para o facto de regimentalmente não ser possível. Quem é de Direito, eu não sou Jurista, e nem quero fazer uma interpretação incorreta do Regimento, mas o Sr. Presidente é polivalente, pode fazer como quiser. Estou a dizer que não é possível o Ministro usar da palavra, no período de antes da ordem do dia.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, pela contribuição, se não mesmo ensinamento, mas eu penso que as pessoas devem ser, no mínimo, coerentes. O Sr. Deputado foi Ministro, substituiu o Ministro dos Assuntos Parlamentares, esteve aqui nesta Sala e falou neste período. Em que qualidade e na base de que artigo? Sr. Deputado, eu estive cá na Sala. Estou a falar directamente para o Sr. Deputado, que sabe que eu sei que falou neste mesmo período. Portanto, não vale a pena os senhores estarem a polemizar uma questão que tem sido e se pode considerar prática. Essa prática foi introduzida na legislatura anterior. Foi o Sr. Deputado Arlindo Ramos quem furou, porque ele é que falou. Furou aquilo que está regimentado. Se é que ele diz, não cumpriu o Regimento. Portanto, nós não vamos polemizar isso.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — É só para dizer ao Sr. Presidente que o Regimento ...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu não lhe passei a palavra. Aí é desrespeitar a Mesa.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — E a Mesa tem um chefe.

O Sr. **Presidente**: — Aí tem que ser imposto o respeito à Mesa. Vamos passar a dois votos de congratulação. Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Sr. Presidente, passo à leitura do projecto de voto de congratulação: «Os Deputados da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe congratulam-se, pelos

valiosos resultados conseguidos pelos atletas de canoagem, Dulay da Conceição Triste e Roque Fernandes dos Ramos, nos XII Jogos Africanos, recentemente ocorridos em Marrocos.

Considerando a importância que o desporto assume, hoje, tanto ao nível interno como internacional, estes resultados, ao mesmo tempo que nos incitam para igual desempenho noutros domínios relevantes ao nível nacional, levam ao melhor conhecimento do mundo um país pequeno e insular, é certo, mas pleno do desejo de se desenvolver cada vez mais e, desse modo, contribuir para o reforço da amizade, solidariedade, progresso e paz entre as nações do mundo.

As medalhas de ouro, bronze e prata ora conquistadas pelos referidos atletas assumem ainda uma maior relevância quando, por mérito próprio, qualificaram São Tomé e Príncipe aos jogos olímpicos de Tóquio – Japão, em 2020.

Assembleia Nacional, em São Tomé, 11 de Outubro de 2019.

O Presidente, Delfim Santiago das Neves.»

O Sr. **Presidente**: — Estamos a apreciar o projecto de resolução que aprova o voto de congratulação aos atletas que participaram nos Jogos Africanos de Marrocos. Estamos a falar de atletas de canoagem. Portanto, está aberta as inscrições para a sua apreciação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, na verdade, creio já ter sido citado por alguém aqui, mas nunca é demais juntar a minha voz a este feito. Primeiro, para dizer que realmente o feito da canoagem deve ser merecedor de voto de congratulação, sim. No entanto, temos que ver, porque também é um feito inédito no desporto de São Tomé e Príncipe, tem a ver com o facto de a Seleção de Futebol conseguir apurar-se para a fase de grupos. Eu creio que, para um país como o nosso, que carece cada vez mais de visibilidade no plano internacional, essas conquistas também ajudam de alguma forma o País, além disso, ao nível da coesão nacional. Daí que, honestamente, não sei se se enquadra já nesse aspecto, mas que tentemos encontrar uma forma de também reconhecer este feito da nossa Seleção de Futebol, como forma até de encorajá-los, quem sabe a serem qualificados, embora o grupo tenha sido um bocado pesado.

O Sr. **Presidente**: — Estamos a tratar da congratulação aos atletas que ganharam uma competição. No caso do futebol, ainda está na fase de apuramento. No entanto, a sugestão está feita, caberá ao Plenário decidir.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, eu também estou a favor deste elogio que se vai fazer aos nossos atletas que venceram essa competição, mas eu só queria pedir às autoridades, neste caso ao nível do desporto, que alargassem esse leque também para a Região Autónoma do Príncipe, porque, nessa modalidade de canoagem, eu também gostaria e ficava mais satisfeito se na delegação fizesse parte um atleta do Príncipe. Portanto, o meu pedido em relação a isto é que futuramente se crie condições para que também haja o desporto de canoagem e outros tipos, de forma que futuramente o Príncipe também possa participar, e também ajudar São Tomé e Príncipe a conquistar estes resultados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — É só para também juntar a minha voz à dos colegas Deputados que também se congratularam com esta qualificação da nossa seleção para a fase de grupo e também da canoagem para os jogos olímpicos. É para dizer que eu espero que esta qualificação venha encorajar ou seja sirva de motivação, para que o Governo passe a dar mais atenção ao desporto nacional, porque nós sabemos em que condições os nossos atletas treinam. Treinam em condições muito difíceis.

Daí que espero que este voto de congratulação sirva para que se dê mais atenção ao desporto ao nível nacional.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Apenas para dizer que o nosso Grupo Parlamentar se alinha nessa iniciativa e também para reforçar aquilo que foi dito pelo Sr. Deputado António Barros, relativamente à ausência do Príncipe nas atividades desportivas promovidas pelo Comité Olímpico e mesmo algumas atividades promovidas pelo Ministério dos Desportos.

Gostaria que, daqui para frente, fosse explorado também a potencialidade dos jovens da Região Autónoma do Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — A minha intervenção prende-se com a sugestão que o Presidente fez em relação à proposta do Líder Parlamentar da Coligação, que são dois casos diferentes, do futebol e dos

atletas de Marrocos. São dois assuntos diferentes mesmo. Portanto, se nós felicitarmos a selecção de futebol, seria uma outra resolução, não na mesma.

É só para concordar com isto.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais inscritos, passemos de imediato à votação do voto de congratulação aos atletas de canoagem.

Submetido à votação, foi aprovado, com 51 votos a favor.

Passemos de imediato ao segundo voto de congratulação.
Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Trata-se do «Voto de Congratulação pelos resultados alcançados pela equipa são-tomense, no Campeonato Juvenil Africano Sub-16, da Zona 4.3, em Xadrez.

Os Deputados à Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe congratulam-se pelos valiosos resultados conseguidos pela equipa são-tomense, no Campeonato Juvenil Africano Sub-16, da Zona 4.3, em Xadrez, recentemente ocorrido na República de São Tomé e Príncipe, de 21 a 28 de Setembro, no Palácio dos Congressos, com a presença das delegações de Cabo Verde, Gabão e Camarões.

Considerando a importância que o desporto assume, hoje, tanto ao nível interno como internacional, tais resultados, ao mesmo tempo que nos incitam para igual desempenho noutros domínios relevantes ao nível nacional levam ao melhor conhecimento do mundo um país pequeno e insular, é certo, mas pleno de desejo de se desenvolver e, desse modo, contribuir para o reforço de amizade, solidariedade, progresso e paz entre as nações do mundo.

As medalhas de ouro e prata ora conquistados nos referidos jogos assumem ainda maior relevância quando é do conhecimento público ter sido sob a presidência de São Tomé e Príncipe que ganhou luz a iniciativa tendente à sua realização.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 15 de Outubro de 2019.

O Presidente, Delfim Santiago das Neves.»

O Sr. **Presidente**: — Feita a leitura do texto de voto de congratulação, estamos a apreciar. Estão abertas as inscrições. Isto tem a ver com a Olimpíada de Xadrez, que se realizou em São Tomé e Príncipe.

Não havendo qualquer intervenção, passamos de imediato à votação.

Submetido à votação, foi aprovado, com 50 votos a favor.

Portanto, concluímos o período de antes da ordem do dia. Vamos parar por 45 minutos e retomaremos às 14 horas. Portanto, está suspensa a sessão.

Eram 13 horas e 15 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, retomamos os nossos trabalhos. O Sr. Secretário confirma que há 47 Deputados na Sala, portanto, há quórum, declaro reaberta a sessão.

Eram 14 horas e 15 minutos.

Estamos agora a apreciar os pontos da ordem do dia. Temos 6 pontos previstos para este período. Com efeito, peço ao Sr. Secretário para apresentar o primeiro ponto da ordem do dia.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — O primeiro ponto da ordem do dia trata-se da discussão e votação, na generalidade, especialidade e votação final global da proposta de resolução n.º 27/XI/2.ª/2019, assentimento ao Presidente da República para autorizar a entrada e permanência no porto de São Tomé do navio da Marinha Portuguesa SINES. É a iniciativa do Governo e foi à 1.ª Comissão para efeito de parecer.

O Sr. **Presidente**: — Feita a apresentação, peço ao Sr. Presidente da 1.ª Comissão ou a quem este indicar para fazer a apresentação do parecer, mas o Governo deve, em primeiro lugar, fazer alusão ao pedido.

Tem a palavra o Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**: — Realmente trata-se de mais um pedido para que a Assembleia autorize e dê assentimento a Sua Excelência o Presidente da República para autorizar a entrada e a portagem de um navio da marinha de guerra, neste caso portuguesa, NRP-SINES que, no âmbito da iniciativa Mar Aberto 2019, vai realizar alguns exercícios aqui no Golfo da Guiné. Está previsto a sua portagem à costa de São Tomé, no período de 8 a 10 de Novembro de 2019, para a habitual troca de experiência e realização de alguns contactos com as nossas entidades, sobretudo militar.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Ministro.

Feita a apresentação, algum pedido de esclarecimento?

Não é o caso.

Peço ao Presidente da 1.ª Comissão para fazer a apresentação do parecer que recaiu sobre o pedido.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Sr. Presidente, passo a ler o «Parecer sobre a proposta de resolução n.º 27/XI/2.ª/19 – Assentimento ao Presidente da República para que autorize a entrada e permanência no porto de São Tomé do navio da Marinha Portuguesa SINES.

Introdução.

Por despacho da Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, foi submetido, para apreciação e emissão do competente parecer da 1.ª Comissão Especializada Permanente deste Órgão Legislativo, a proposta de resolução que autoriza a entrada e permanência, no porto de São Tomé, do navio da Marinha Portuguesa SINES, no período de 8 a 10 de Novembro de 2019.

A 1.ª Comissão Especializada Permanente reuniu-se, numa das suas sessões extraordinárias, no dia 8 do corrente mês para, dentre outros assuntos da ordem do dia, analisar o referido documento e indigitar o relator.

Enquadramento legal.

Após a análise verificou-se que a iniciativa se enquadra nos termos da alínea n) do artigo 97.º alínea j) do artigo 111.º e o n.º 3 do artigo 112.º da Constituição da República.

Contextualidade.

Tem sido prática a visita de cortesia de navios da marinha com as quais São Tomé e Príncipe tem tido relações de parceria. É neste quadro que o navio da Marinha Portuguesa SINES efectuará uma visita, com o objectivo de promover a integrabilidade e a proficiência regional marítima no Golfo de Guiné, de 8 a 10 de Novembro do ano corrente.

Conclusão e recomendação.

Face ao acima exposto, a comissão recomenda à Mesa da Assembleia Nacional que esta solicitação seja submetida ao Plenário, para a sua apreciação e aprovação.»

O Sr. **Presidente**: — Feita a apresentação do parecer, comentários, pedido de esclarecimento?

Peço ao Sr. Secretário que faça apresentação do projecto de resolução.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Elákcio da Marta): — Sr. Presidente, procedo à leitura do «Texto final da proposta de resolução n.º 27/XI/3.ª/2019 – Assentimento para o Presidente da República autorizar a entrada e permanência no porto de São Tomé do navio da Marinha Portuguesa SINES.

Preâmbulo.

Havendo a necessidade de se autorizar a entrada do navio da Marinha Portuguesa SINES nas águas territoriais de São Tomé e Príncipe, no período de 8 a 10 de Novembro do ano corrente;

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Assentimento.

É dado assentimento ao Presidente da República, nos termos da alínea n) do artigo 97.º da Constituição, para autorizar a entrada, nas águas sob a jurisdição nacional, do navio da Marinha Portuguesa SINES, de 8 a 10 de Novembro do corrente ano.

Artigo 2.º, entrada em vigor.

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 15 de Outubro de 2019.

O Presidente, Delfim Santiago das Neves.»

O Sr. **Presidente**: — Feita a leitura do texto da proposta de resolução n.º 27/XI/3.ª/2019, está aberta a inscrição. Estamos a apreciar, na generalidade, o projecto de resolução. Pedido de esclarecimento?

Não havendo qualquer pedido de esclarecimento e nenhuma inscrição para intervir neste período, vamos submeter à votação.

Submetido à votação, foi aprovado, com 51 votos a favor.

Passemos à votação na especialidade, preâmbulo. Proposta de correcção, emenda?

Não havendo, passemos à votação.

Submetido à votação, foi aprovado, com 51 votos a favor.

Artigo 1.º. Assentimento.

Submetido à votação, foi aprovado com 51 votos a favor.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado, com 51 votos a favor.

Passamos à votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado, com 51 votos a favor, sendo 22 do ADI, 23 do MLSTP/PSD, 5 do PCD/MDFM-UDD e 1 do MCI.

Passemos ao ponto seguinte.
Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Arlindo Barbosa** (MLSTP/PSD): — Trata-se da votação final global da proposta de lei n.º 5, Código do IVA, introduzida pelo Governo, que já foi discutido e aprovado na especialidade pela 2.ª Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Tratando-se de uma votação final global, não carece de discussão.
Peço ao Sr. Presidente da 2.ª Comissão para fazer a leitura do relatório final.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Obrigado, Sr. Presidente.
Eu encarrego o Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo, para fazer a leitura do relatório.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Maiquel Espírito Santo.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, o relatório é do seguinte teor: «Relatório de análise e votação, na especialidade, da proposta de lei n.º 5/XI/2.ª/2019 – Que aprova o Código de Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Introdução.

Nos dias 9, 10, 11, 12 e 14 de Outubro de 2019, a 2.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional procedeu à análise, discussão e votação, na especialidade, da proposta de lei n.º 5/XI/2.ª/2019 – Lei que aprova o Código de Imposto sobre o Valor Acrescentado.

Nas sessões de trabalho, estiveram presentes os seguintes Deputados: Carlos Manuel Cassandra Correia, que a presidiu, André Varela Ramos, Arlindo Ramos e Adilson Managem, do Grupo Parlamentar do ADI, Cristina Maria Fernandes Dias, Aérton do Rosário Crisóstomo, Jaime Sequeira de Menezes, Maiquel Espírito Santo, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, e Jamiel Joana Segunda, do Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD. No intuito de se proceder a uma análise mais enriquecedora e sustentável do diploma acima referido, estiveram, de igual modo, presentes os Sr. Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, Wando Castro, em substituição do Ministro das Finanças e Economia Azul, Hélio Lavres, o Secretário Regional das Finanças, Manuel Valentim, o Assessor do Secretário Regional, Engrácio Graça, o Director dos Impostos, Salvador Fonseca, o Técnico da Direcção dos Impostos, Edmilza Lima Afonso, o Jurista desta mesma Direcção, Carlos Benguela, o Director das Alfândegas, Hamilton Barros, o Bastonário da Ordem dos Técnicos e Oficiais de Contas e Auditores da OTOCA, Idalécio Viana, Adelino de Sousa e Anastácio Oliveira, ambos membros da OTOCA. De igual modo, esteve ainda presente o Sr. Célsio Quaresma, Consultor da 2.ª Comissão Especializada.

A análise e discussão, na especialidade, da proposta de lei n.º 05/XI/2.ª/2019, que aprova o Código do Imposto sobre Valor Acrescentado» (CIVA), resultou na apresentação de uma proposta de eliminação, duas propostas de substituição, 20 propostas de emenda e três propostas de aditamento, como a seguir se segue:

Proposta de eliminação. O n.º 3 do artigo 16.º, propostas de substituição, o termo «extracção de petróleo» foi substituído por «*extracção de hidrocarbonetos*», nos seguintes artigos: o n.º 4 do artigo 4.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º.

Propostas de emenda. O artigo 6.º da proposta de lei que aprova o Código do Imposto «entrada em vigor» passa a ter a seguinte redacção: «*A presente lei entra em vigor em 1 de Março de 2020*».

A alínea j) do n.º 1 do artigo 1.º do Código do Imposto «Definições» passa a ter a seguinte redacção: «*Sujeito passivo*», *qualquer pessoa singular ou colectiva que preencha os requisitos constantes do artigo 3.º*».

A alínea m) do n.º 1 do artigo 1.º do Código do Imposto «Definições» passa a ter a seguinte redacção: «*(...) podendo o sujeito passivo tomar parte na determinação do valor ou indicar um seu representante*».

A alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º do Código do Imposto «sujeito passivo» passa a ter a seguinte redacção: «*Qualquer pessoa singular ou colectiva que exerça, de modo independente, actividades económicas, incluindo de produção, de comércio ou de serviços, actividades extractivas, agrícolas, silvícolas, pecuárias e de pescas*».

O artigo 4.º do Código do Imposto, «Operações tributáveis» passa a ter a seguinte ordenação: o n.º 1, composta pelas alíneas a) e b) e sequencialmente o n.º 2, 3 e 4.

O n.º 2 e 3 do artigo 5.º do Código do Imposto «Transmissões de bens» passam a ter as seguintes redacções: No ponto 2: «*Para efeitos do n.º 1 consideram-se transmissão de bens:*».

No ponto 3: «*Para efeitos do n.º 1, considera-se ainda transmissão onerosa de bens:*».

O artigo 8.º do Código do Imposto «importação de bens» passa a ter a seguinte redacção: «*Considera-se importação de bens a entrada de bens corpóreos no Território Nacional, excepto quando estes sejam abrangidos, desde a sua entrada no Território Nacional, por um dos regimes previstos no artigo 19.º. (...), removidos para utilização ou para consumo final*».

O n.º 1 do artigo 14.º do Código do Imposto «Operações de jogo e de seguros» passa a ter a seguinte redacção: «*(A) – Representa o valor total das contraprestações obtidas ou a obter, do apostador ou jogador ou de um terceiro, pela totalidade das apostas, lotarias e outros jogos de fortuna e azar ou a dinheiro, realizadas pelo sujeito passivo no período do imposto*».

Os n.ºs 1 e 2 do artigo 16.º do Código do Imposto «Taxa» passam a ter as seguintes redacções: «Ponto 1: *A taxa de imposto é de 15%*». «Ponto 2: *Os produtos constantes do Anexo I, quando vendidos no mercado nacional, ficam sujeitos ao regime especial de aplicação do IVA, sendo que a taxa do IVA em vigor incide sobre 50% do valor total da factura.*

Como consequência da eliminação do n.º 3 do artigo 16.º do Código do Imposto, o anterior n.º 4 passa a ser o n.º 3.

O n.º 4 do artigo 23.º do Código do Imposto «Exercício do direito a dedução» passa a ter a seguinte redacção: «*Sempre que a dedução de imposto a que haja lugar supere o montante devido pelas operações tributáveis, no período correspondente, o excesso é reportado e deduzido nos períodos de impostos seguintes*».

O n.º 1 do artigo 38.º do Código do Imposto «organização da contabilidade» passa a ter a seguinte redacção: «*A contabilidade deve ser organizada de acordo com as normas de contabilidade em vigor no País ou nos termos definidos pela Comissão de Normalização Contabilística, (...)*».

O n.º 1 do artigo 48.º do Código do Imposto «pagamento de taxas» passa a ter a seguinte redacção: «*Os sujeitos passivos que não tenham atingido, no ano civil anterior, um volume de negócios superior a Dbs. 1.000.000,00 (um milhão de dobras) e que não tenham renunciado à isenção do imposto, nos termos do artigo 46.º, devem pagar uma taxa especial de IVA de 7% sobre o valor das suas vendas*».

O artigo 56.º com a epígrafe «modelos de declarações e impressos» passa a ter a seguinte redacção: «*As declarações referidas nos artigos 31.º a 33.º e 37.º da presente lei, bem como os demais impressos a utilizar no cumprimento das obrigações declarativas constantes da mesma, são aprovados por despacho do Ministro encarregue pela área das Finanças, que os pode substituir ou os alterar sempre que se revele necessário fazê-lo*».

Adoptou-se o Anexo I com listagem de produtos sujeitos a regime especial referenciados, com a seguinte redacção: «1. *Produtos alimentares*»: «1.1. – *Arroz (em película, branqueado, polido, glaceado, estufado, convertido em trincas)*»; «1006.10.00 – *Arroz com casca (arroz paddy)* 1006.20.00 – *Arroz descascado (arroz cargo ou castanho), 1006.30.00 – Arroz semibranqueado ou branqueado, mesmo polido ou glaceado (brunido*)*, 1006.40.00 – *Trincas de arroz (Arroz quebrado*)*; «1.2 - *Farinhas, incluindo as lácteas e não lácteas*»; 1101.00.00 – *Farinhas de trigo ou de mistura de trigo com centeio (métel)*». «1102.20.00 – *Farinha de milho*». «1102.90.00 – *Outras* 1901.10.00 – *Preparações para alimentação de lactentes e crianças de tenra idade, acondicionadas para a venda a retalho*». «1.3 – *Massas alimentícias e pastas secas similares, excluindo-se as massas recheadas*»; «1902.11.00 – *Que contenham ovos*». «1902.19.00 – *Outras*». «1.4 – *Pão*»; «1905.10.00 – *Pão crocante denominado knäckebröt*». «1905.20.00 – *Pão de especiarias*». «1.5 – *Leite em natureza, concentrado, esterilizado, evaporado, pasteurizado, ultrapasteurizado, condensado, fermentado, em blocos, em pó ou granulado e natas*»; «0401.10.00 – *Com um teor, em peso, de matérias gordas, não superior a 1 %*». «0401.20 – *Com um teor, em peso, de matérias gordas, superior a 1 %, mas não superior a 6 %*». «0402.10 – *Em pó, grânulos ou outras formas sólidas, com um teor, em peso, de matérias gordas, não superior a 1,5 %*». «0402.10.11 – *Concentrado (condensado)*». «0402.10.19 – *Outro*». «0402.10.20 – *Nata*». «0403.90.00 – *Outros*». «0402.91 – *Sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes*». «0402.91.11 – *Concentrado (condensado)*». «0402.99.11 – *Concentrado (condensado)*». «1.6 – *Leites dietéticos*»; «2202.90.00 – *Outras*». «1.8 – *Feijão 0713.33.00*».

Proposta de Aditamento. Aditou-se um novo artigo 4.º, na proposta de lei, com a epígrafe «Alteração ao CIRC – Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas», com a seguinte redacção: «*É alterado para Dbs 1.000.000,00 (um milhão de dobras) o valor do volume de negócios constante na alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º do CIRC*». Aditou-se um novo artigo 5.º, na proposta de lei, com a epígrafe «disposições transitórias e finais», com a seguinte redacção: «*Até a data da entrada em vigor da presente lei, devem ser criadas todas as condições para a sua efectiva implementação*». Aditou-se a epígrafe do artigo 56.º do Código do Imposto, com a seguinte redacção: «*Modelos de declarações e impressos*».

Votação. Com as devidas alterações, a proposta de lei n.º 05/XI/2.ª/2019 – Que aprova o Código do Imposto sobre Valor Acrescentado (CIVA) foi submetida à votação, tendo sido aprovada com 5 votos a favor, sendo 4 votos do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD e 1 voto do Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD, nenhum voto contra e 4 abstenções do Grupo Parlamentar do ADI.

Texto final. Por fim, a Comissão elaborou o texto final da proposta de lei, em anexo ao presente relatório, que deve ser submetido à votação final global pelo Plenário desta augusta Assembleia.

A Comissão dos Assuntos Económicos, Financeiros, Transparência e Administração Pública, em São Tomé, 14 de Outubro de 2019.

O Presidente, Carlos Manuel Cassandra Correia.

O Relator, Maiquel do Espírito Santo, em substituição da Sra. Deputada Cristina Maria Fernandes Dias.»

O Sr. **Presidente**: — Com a apresentação do texto do relatório final, vamos passar à votação. Neste período não há discussão, vamos aprovar em votação final global a proposta de lei n.º 5/XI/2.ª/2019.

Submetida à votação, foi aprovada, com 23 votos a favor, do MLSTP/PSD, 5 votos a favor, da Coligação PCD/MDF-UDD, 22 abstenções, do ADI, e 1 abstenção do MCISTP.

Tem a palavra o Líder Parlamentar do PCD/MDFM-UDD, para uma declaração de voto.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados e em especial o povo de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Aquando da discussão do OGE, pudemos acompanhar e registar o facto de que São Tomé e Príncipe produz apenas 2.5% dos recursos que necessita para suportar o seu Orçamento. Isto remete-nos a uma situação extremamente preocupante e não tínhamos outra saída a não ser encontrar, junto aos nossos parceiros, mecanismos para poder contornar a situação orçamental gritante do País.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD entendeu como certo votar a favor do texto do Código do IVA. Estamos cientes de que poderá e necessariamente há-de acontecer algumas alterações. Terá impacto no nível de vida das pessoas, mas fomos fazer um trabalho de casa e percebemos que, dos países que fazem parte dos PALOP, Cabo Verde tem um IVA de 15%, se as informações que obtivemos não estão erradas, a Guiné-Bissau, 19%, Moçambique, 17%, creio que Angola começou com 14%, São Tomé e Príncipe, 15%. Isto para dizer o quê? Que não temos como nos posicionarmos de forma isolada. A atitude corajosa do meu Grupo Parlamentar em votar a favor desta iniciativa é de forma ciente e só lamentamos que todos os autores políticos não tiveram a coragem de assumir o mesmo desafio.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, venho fazer uma declaração de voto, no quadro da aprovação da proposta de lei sobre o IVA, dizendo que o fizemos conscientemente e o voto do nosso Grupo Parlamentar é por inteiro, isto porque estamos num dos domínios que representa claramente o princípio da continuidade de Estado. É um assunto de interesse nacional que já vimos desde a legislatura passada, que continuamos a trabalhar sobre ela e hoje felizmente adoptamos num contexto em que celebramos o programa com o FMI, que recomenda o aumento de receitas. Pela via do IVA, naturalmente está-se a encontrar as vias e os mecanismos para conseguirmos aumentar as receitas públicas. Portanto, é uma dessas finalidades e é por isso, Sr. Presidente, Sr. Ministro, que o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD votou a favor da aprovação do Código do IVA.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, intervenho apenas para dizer que à população também que nos escuta que o nosso sentido de voto, abstenção, não significa, e como ficou provado, que estamos contra. Que não se diga que o ADI, a oposição está contra esta matéria tão sensível, o IVA, com o trabalho que foi feito por uma instituição como o FMI. É um sentido de voto político, assumimos as nossas responsabilidades, aliás é um processo que não começa com este governo, já começou com o nosso governo, e o nosso sentido de abstenção é exactamente para vermos e continuarmos a fazer o nosso trabalho de fiscalização à acção governativa, para que o País consiga sair da situação em que se encontra.

O Sr. **Presidente**: — Terminado o período de declarações de voto, passemos ao ponto seguinte, terceiro ponto.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — O terceiro ponto da ordem do dia trata-se da votação final global do projecto de lei n.º 9, Lei das Precedências do Protocolo de Estado. Cabe à 1.ª Comissão a apresentação do relatório.

O Sr. **Presidente**: — Peço ao Sr. Presidente da 1.ª Comissão ou a quem este indicar para fazer a leitura do relatório final.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, o relatório é do seguinte teor: «Comissão dos Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais e Ética, relatório de análise e votação, na especialidade, do projecto de lei n.º 9/XI/2.ª/2019 – Lei das Precedências e do Protocolo do Estado.

Introdução. Nos dias 30 de Agosto, 3 e 9 de Setembro do corrente ano, a 1.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional procedeu à análise e votação, na especialidade, do projecto de lei n.º 9/XI/2.ª/2019 – Lei das Precedências e do Protocolo do Estado.

Estiveram presentes na sessão de trabalho os seguintes Srs. Deputados: Cílcio Vera Cruz Pires dos Santos, que a presidiu, Alexandre da Conceição Guadalupe, do Grupo Parlamentar do ADI, Danilo Neves dos Santos, Raúl do Espírito Santo Cardoso e Jaime de Menezes, em substituição do Sr. Deputado Deolindo da Mata, do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, e Arlindo Vicente de Assunção Carvalho, em substituição do Sr. Deputado Danilson Alcântara Cotú, do Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD.

De igual modo, a discussão contou com a presença, enquanto proponentes da iniciativa, dos Srs. Deputados Arlindo Ramos, do Grupo Parlamentar do ADI, e Arlindo Vicente de Assunção Carvalho, do Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD.

Na perspectiva de uma análise mais alargada e profícua, estiveram presentes os Srs. Wuando Castro de Andrade e Manuel Salvador dos Ramos, respectivamente, Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares e Representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Análise do projecto de lei. A discussão, na especialidade, do projecto em apreço resultou na apresentação de quatro propostas de eliminação, duas de substituição, doze de emenda e três de aditamento, como a seguir se indica:

Propostas de eliminação. Foram eliminados os seguintes pontos: o n.º 11 do artigo 10.º, consequentemente o antigo 12, passa a ser o novo n.º 11 e assim sucessivamente. O n.º 24 do artigo 10.º, consequentemente o antigo 25, passa a ser o novo n.º 24 e assim sucessivamente. O n.º 33 do artigo 10.º, consequentemente o antigo n.º 34, passa a ser o novo n.º 32 e assim sucessivamente. Os n.ºs 2 e 3 do artigo 18.º, de tal forma que o anterior n.º 4 desse artigo passou a ser o novo n.º 2.

Propostas de substituição. O n.º 10 do artigo 10.º foi substituído pelo n.º 13 do mesmo artigo, com a seguinte redacção: «Ministros». O novo n.º 12 do artigo 10.º foi substituído pelo conteúdo do n.º 10 do mesmo artigo, com a seguinte redacção «Deputados à Assembleia Nacional».

Propostas de emenda. O n.º 9 do artigo 10.º passou a ter a seguinte redacção: «Presidentes dos Grupos Parlamentares e Presidentes das Comissões Especializadas Permanentes». O n.º 2 do artigo 17.º passou a ter a seguinte redacção: «O Primeiro-Ministro pode fazer-se representar, na sua ausência ou impedimento, por um Ministro da sua escolha, o qual goza do respectivo estatuto protocolar.» O novo n.º 19 do artigo 10.º passou a ter a seguinte redacção: «Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas». O novo n.º 20 do artigo 10.º passou a ter a seguinte redacção: «Comandante do Exército, da Guarda Costeira e da Polícia Nacional». O n.º 2 do artigo 13.º passou a ter a seguinte redacção: «O Presidente da Assembleia Nacional preside a qualquer cerimónia oficial, desde que não esteja pessoalmente presente o Presidente da República, excepto os actos realizados no Tribunal Constitucional, no Supremo Tribunal de Justiça, no Tribunal de Contas e nas situações previstas no artigo 38.º». O artigo 16.º passou a ter a seguinte redacção: «Os Deputados à Assembleia Nacional ordenam-se entre si e em razão dos cargos parlamentares que exercem, nomeadamente os Presidentes dos Grupos Parlamentares, os Presidentes das Comissões Especializadas Permanentes, Membros do Conselho de Administração e Presidente da Rede de Mulheres Parlamentares.»

A Subsecção V da Secção III do Capítulo II passou ser a «Subsecção I». A Subsecção VI da Secção III do Capítulo II passou ser a «Subsecção II».

O n.º 2 do artigo 36.º passou a ter a seguinte redacção: «Em cerimónias civis que tenham lugar na sua área de jurisdição e, salvo se estiver presente o Comandante-geral da Polícia Nacional, o Segundo Comandante-geral e Inspector-geral, o Comandante da Polícia Regional tem precedência sobre outras autoridades paramilitares que igualmente tenham sido convidadas».

O n.º 3 do artigo 36.º passou a ter a seguinte redacção: «As precedências entre os militares e paramilitares e civis são reguladas em legislação especial».

O n.º 1 do artigo 38.º passou a ter a seguinte redacção: «Os reitores das universidades, e os presidentes dos institutos politécnicos, presidem aos actos realizados nas respectivas instituições, sendo que ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia Nacional ou ao Primeiro-Ministro, quando presentes, cabe sempre o lugar de honra.

O n.º 2 do artigo 40.º passou a ter a seguinte redacção: «O luto nacional é declarado pelo falecimento do Presidente da República, do Presidente da Assembleia Nacional, do Primeiro-Ministro e dos antigos Presidentes da República».

O n.º 3 do artigo 40.º passou a ter a seguinte redacção: «O luto nacional é também declarado pelo falecimento de personalidade ou ocorrência de excepcional relevância».

Propostas de aditamento. Foram aditados os seguintes pontos: um novo n.º 22 no artigo 10.º, com a seguinte redacção, «Governador do Banco Central».

A epígrafe da Subsecção I, da Secção II, do Capítulo II, com a seguinte redacção: «Presidente da República».

A epígrafe da Subsecção II, da Secção II, do Capítulo II, com a seguinte redacção: «Assembleia Nacional».

Votações. Com as devidas alterações, o projecto de lei n.º 09/X/2.ª/2019 – Lei das Precedências e do Protocolo do Estado foi submetido à votação, tendo sido aprovados cada um dos seus artigos, por unanimidade.

Texto final. Por fim, a Comissão elaborou o texto final do projecto de lei, anexo ao presente Relatório, que deve ser submetido à votação final global pelo Plenário desta augusta Assembleia.

A Comissão dos Assuntos Políticos, Jurídicos, Constitucionais e Ética, São Tomé, 14 de Outubro de 2019.

O Presidente, Cílcio dos Santos.

O Relator, Danilo dos Santos.»

O Sr. **Presidente**: — Iguualmente, por se tratar de uma aprovação final global, não precede de discussão, vamos passar de imediato à votação.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Portanto, na elaboração da redacção final da lei, a Mesa já fez umas recomendações para alguns acertos, sobretudo na ordem de precedência protocolar, o anexo à lei, no artigo 10.º. Isso tem que ser revisto no âmbito da redacção final da lei.

Passemos de imediato ao ponto seguinte.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Trata-se da discussão, na generalidade, especialidade e final global, da proposta de lei n.º 07/XI/2.ª/2019 – Autorização legislativa sobre o Regime Jurídico dos Prestadores de Serviços e Operadores de Sistema de Pagamento Automático. Esta iniciativa é do Governo e, de acordo com o artigo 181.º do Regimento, não carece de parecer de qualquer comissão. Por isso, cabe ao Governo fazer a sua apresentação.

Sr. **Presidente**: — Passo a palavra ao Sr. Ministro, para fazer a apresentação do pedido de autorização legislativa.

O Sr. **Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares**: — Efectivamente, trata-se de uma solicitação do Governo à Assembleia Nacional, para autorizar o Governo a legislar sobre o regime jurídico dos prestadores de serviços e operadores de sistema de pagamento.

O nosso país, ao longo dos últimos anos, pelo menos nos últimos 2 anos, tem levado a cabo uma reforma no seu quadro jurídico regulamentar, aplicável aos serviços de pagamento, com vista a adequar o ordenamento nacional às melhores práticas internacionais, promover um sistema nacional de pagamento sólido, eficiente, seguro e eficaz, capaz de dinamizar a economia local, com destaque para o Sector do Turismo, promover a inclusão financeira e melhorar as condições económicas dos cidadãos nacionais.

Esse projecto de lei proposto visa introduzir um novo tipo de instituição financeira no País, que é a instituição de pagamento, definindo simultaneamente as condições, requisitos e procedimentos aplicáveis à sua constituição, licenciamento, autorização e exercício de actividades, bem como de outros prestadores de serviços e operadores de sistema de pagamento.

Assim, cumpre proceder à regulação densificada e detalhada do disposto do artigo 9.º da Lei n.º 17/2018, de 18 de Setembro, do Regime Jurídico dos Prestadores de Serviços e Operadores do Sistema de Pagamento, estabelecendo-se as condições de autorização, acesso, actividade, tendo como linhas orientadoras a promoção da concorrência, o desenvolvimento económico nacional e a protecção de clientes e utilizadores.

Esta proposta de lei, conforme manda o Regimento, tem aqui pormenorizadamente esmiuçado o sentido e a extensão da mesma em 18 pontos. Creio que todos os Srs. Deputados tiveram acesso a esta proposta e creio que não há a necessidade de ler todos os pontos aqui previstos. Está de forma detalhada aquilo que o Governo pretende da Assembleia Nacional.

O Sr. **Presidente**: — Como dizia o Sr. Secretário, a autorização legislativa não carece de parecer. Portanto, trata-se de uma autorização para o Governo legislar sobre determinada matéria e com um prazo determinado. A proposta de lei de autorização legislativa solicitada pelo Governo tem quatro artigos: o primeiro é «Objectos», o segundo «Sentido e extensão», o terceiro é a «Duração» e o quarto e último é «Entrada em vigor».

Foi publicado no *Diário* e os Srs. Deputados têm conhecimento do pedido, estamos no período de pedidos de esclarecimentos.

Pausa.

Portanto, estamos a apreciar o pedido, na generalidade, estão abertas as inscrições.

Pausa.

Não há dúvidas nem pedidos de esclarecimentos?

O sentido da extensão do pedido tem 18 alíneas, como foi dito pelo Sr. Ministro. A duração é de 90 dias.

Pausa.

Não havendo qualquer pedido de inscrição, vamos submeter à votação, na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado, com 49 votos a favor.

Srs. Deputados, vamos apreciar na especialidade, o preâmbulo e os artigos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º.

Submetidos à votação, foram aprovados, com 49 votos a favor.

Passemos à votação final global da proposta de lei n.º 07/XI/2.ª/2019.

Submetida à votação, foi aprovada, por unanimidade.

Passemos de imediato para o ponto seguinte.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — O ponto quinto da ordem do dia trata-se da aprovação do projecto de resolução n.º 55/XI/2.ª/2019, que aprova a acta da Reunião sobre os Desafios da Justiça, assinada pelos órgãos de soberania, na reunião presidida pelo Sr. Presidente da República, e encontra-se na 1.ª Comissão, para efeitos de parecer.

O Sr. **Presidente**: — Trata-se, portanto, da acta que foi assinada na reunião promovida pelo PNUD e o Sr. Presidente da República, no Palácio presidencial, que resultou da assinatura de uma acta de entendimento para a reforma da Justiça.

O Presidente da Assembleia, presente naquela reunião, assinou, em nome da Assembleia, e, tratando-se de um órgão colegial, cabe aos Deputados ratificar a referida acta. A acta foi submetida à apreciação da 1.ª Comissão, pelo que peço ao Sr. Presidente da 1.ª Comissão, ou a quem este indicar, para fazer a leitura do parecer.

O Sr. **Cílcio Santos** (MLSTP/PSD): — O Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú, para apresentar o parecer.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, passo a apresentar o «Parecer sobre a proposta de resolução n.º 55/XI/2.ª/2019 – Aprova a Acta de Reunião sobre os Desafios da Justiça no Séc. XXI.

Introdução. Por despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, foi submetida, para a apreciação e emissão do devido parecer da 1.ª Comissão Especializada Permanente, a proposta de resolução n.º 55/XI/2.ª/2019, que aprova a acta de reunião sobre os desafios da Justiça são-tomense no séc. XXI.

Para responder às orientações providas do Presidente da Assembleia Nacional, a 1.ª Comissão Especializada Permanente reuniu-se no dia 8 de Outubro do corrente ano para, dentre outros assuntos, analisar o supracitado documento e indigitar o relator.

Enquadramento legal.

A iniciativa em apreço respeita o previsto na alínea b) do artigo 97.º da Constituição e se enquadra no disposto na alínea d) do artigo 28.º do Regimento da Assembleia Nacional.

Contextualidade.

No quadro da reforma e modernização da Justiça que se pretende implementar no sistema judiciário de São Tomé e Príncipe, foi realizado, por iniciativa do Escritório das Nações Unidas e de Sua Excelência o Presidente da República, uma reunião de alto nível. A reunião, em que se analisou de forma profunda o estado da Justiça no País, decorreu no dia 17 de Setembro do ano em curso e foi presidida por Sua Excelência o Presidente da República, onde estiveram presente todos os titulares dos órgãos de soberania, o Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas, o Presidente do Tribunal de Contas e o Procurador-Geral da República, tendo-se no final produzido a acta, contendo os compromissos a serem assumidos por todos os subscritores.

Sendo a Assembleia Nacional um órgão colegial, é imprescindível que os compromissos constantes na citada acta sejam assumidos pelos Deputados.

Conclusão e recomendações. A preocupação em relação à necessidade de se criar condições que permitam o País possuir uma Justiça isenta, que seja merecedora da verdadeira confiança por parte de todos os cidadãos, justifica a pertinência e a realização do encontro sobre o Estado de Justiça.

Tendo em conta que os compromissos assumidos pelos titulares dos órgãos de soberania poderão contribuir para a credibilização da Justiça, para a estabilidade política e social e promover o bom relacionamento entre os órgãos de soberania, a Comissão recomenda que estes sejam aprovados pelo Plenário.

Feito em São Tomé, 10 de Outubro de 2019.

O Presidente, Cílcio dos Santos.

O Relator, Danilson Cotú.»

O Sr. **Presidente**: — Feita a apresentação do parecer, vamos passar à leitura da proposta de resolução. Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Elákcio da Marta): — Sr. Presidente, passo a apresentar o «Projecto de resolução n.º 55/XI/2.ª/2019 – Aprova a acta de reunião sobre os Desafios da Justiça no Séc. XXI.

Preâmbulo.

No quadro da reforma e modernização da Justiça que se pretende implementar no sistema judicial de São Tomé e Príncipe, realizou-se, no dia 17 de Setembro do corrente ano, no Palácio do povo, por iniciativa do Escritório das Nações Unidas, sob a presidência de Sua Excelência o Presidente da República, Evaristo do Espírito Santo Carvalho, uma reunião de alto nível que contou, dentre outros convidados, com a presença dos mais altos dignatários dos órgãos de soberania, bem como o representante do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas para a África Central;

Tendo os participantes, no final da mesma, rubricado uma acta dos resultados sobre si, encontra espelhado os compromissos assumidos entre as partes, havendo a necessidade de adoptá-la, nos termos da lei;

A Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea *b*), do artigo 97.º da Constituição o seguinte:

Artigo 1.º. Aprovação. É aprovada a Acta da Reunião sobre os Desafios da Justiça para o século XXI, realizada em São Tomé, aos 17 de Setembro de 2019, anexa à presente resolução.

Artigo 2.º. Entrada em vigor. A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 15 de Outubro de 2019.

O Presidente da Assembleia Nacional, Delfim Santiago das Neves.»

O Sr. **Presidente**: — Penso que não estamos a aprovar a acta, estamos a ratificar, é preciso fazer esta correcção. Entretanto, está feita a apresentação do projecto de resolução, estamos a apreciar na generalidade.

Há pedidos de esclarecimento ou informações?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, é só um pedido de esclarecimento.

Não recebi a acta, por isso gostaria de saber em que *Diário* foi publicada, para poder verificar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Secretário, para responder à pergunta do Sr. Deputado.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Normalmente, quando se fixa a agenda, os líderes parlamentares têm conhecimento prévio dos assuntos. Este assunto foi baixado a todos os Grupos Parlamentares e penso que caberia a cada um deles informar aos Srs. Deputados. Todavia, todos os documentos foram publicados e enviados aos Líderes Parlamentares.

O Sr. **Presidente**: — Podemos perguntar aos serviços qual é o número do *Diário*.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Diário n.º 27.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos.

Portanto, a acta está publicada no *Diário da Assembleia* n.º 27, 2.ª Série.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — Só mais um complemento, Sr. Presidente.

Foi entregue também aos Líderes Parlamentares, desde o dia 18 de Setembro de 2019.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, tal como dizia o Sr. Secretário, o *Diário* foi publicado, no dia 23 de Setembro, mas baixamos o documento para conhecimento dos Líderes Parlamentares, no dia 18 de Setembro.

Há mais alguma questão ou pedido de esclarecimentos?

Murmúrios gerais.

23 de Setembro é a data da publicação do *Diário* n.º 27 da 2.ª Série. Têm em mãos.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, estamos a discutir a resolução na generalidade, mas o projecto de resolução versa sobre um documento que foi assinado num outro órgão de soberania, embora com a intervenção do Presidente da Assembleia Nacional. A questão que se me põe nesta fase da generalidade, que fique bem claro que o nosso Grupo Parlamentar apoia a discussão desta resolução aqui, é a natureza desse documento. Trata-se de um documento de direito interno ou um documento de direito internacional? Seria bom clarificarmos esse assunto, porque em função da natureza que tiver o documento, a iniciativa para a sua introdução na Assembleia também tem implicações. Mas o documento já está cá, apoiamos a sua introdução aqui e estamos de acordo para o discutir, enquanto Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

Se for um documento de natureza internacional e os indícios são fortes para que assim o seja, porque há a assinatura de um representante estrangeiro, representando uma organização internacional, é muito plausível que o documento possa ter um carácter internacional. Se for um documento de carácter internacional, o meio para a sua entrada na Assembleia é pela via do Governo, o Executivo. Agora, a questão da iniciativa da sua apresentação aqui, para nós é uma questão curiosa que se coloca, mas já não tem relevância porque, do nosso ponto de vista, o documento já está aqui e devemos debruçar-nos sobre ele e discuti-lo.

O Sr. **Presidente**: — Há mais alguma questão?
Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Correia.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, tenho uma dúvida. Gostaria só de saber se o Sr. Presidente, Delfim Santiago das Neves, assinou o documento na qualidade de Deputado Presidente da Assembleia ou em nome de todo o colégio. É essa a dúvida. Estivemos de férias e não tivemos consentimento da informação deste encontro. Daí que também pode ser um entrave para a gente saber por onde começar.

O Sr. **Presidente**: — Também não recebeu a acta?

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Não.

O Sr. **Presidente**: — Se recebesse iria ver que não assinei enquanto cidadão Delfim Santiago das Neves, mas enquanto Presidente da Assembleia presente numa reunião com os líderes ou titulares dos órgãos de soberania.

Mais alguma questão?

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Também tenho uma certa dúvida quanto ao procedimento para a ratificação deste documento, porque o documento começa logo com: «Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe...», o que quer dizer que a iniciativa veio do Presidente da República. Não sei como vamos proceder à ratificação de um documento que tem precedência externa à Assembleia. O Sr. Presidente só o trouxe à Assembleia, porque fez parte, assinou o documento, mas não é iniciativa da Assembleia. Por isso, tenho uma grande dificuldade em entender por que é que estamos a proceder à sua ratificação. Não sei se a iniciativa deve vir do Presidente da República ou é o Presidente da Assembleia que tem a iniciativa de poder ratificar. É uma questão que me levanta uma certa dúvida.

O Sr. **Presidente**: — Não há menor dúvida que a iniciativa deve ser da Mesa da Assembleia, porque o Presidente da Assembleia preside um órgão colegial. O órgão Presidente da República é unipessoal, o Primeiro-Ministro é Chefe do Governo. Ele assume todas as responsabilidades do Governo, enquanto a Assembleia tem um líder que representa os outros 54. Tendo assinado, em nome do órgão colegial, os Deputados devem pronunciar se estão de acordo ou não. A ratificação significa dizer que concordamos ou não. Não vamos alterar nenhuma vírgula na acta. Ou sim ou não. Se não, estamos fora desse quadro. Se sim, estamos de acordo com este quadro. Apenas isso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, peço desculpa, mas a questão não está na assunção de responsabilidade ou não. A questão está na iniciativa do documento. O documento é claro, vou ler só a parte introdutória: «O Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Evaristo Carvalho, reunido no Palácio do Povo, aos 17 de Setembro de 2019, na cidade de São Tomé, na presença do representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para África Central, François Fall, com,...» e vem todos os outros órgãos de soberania. Quer dizer que a iniciativa é do Presidente da República.

Não é questão de não assumir a responsabilidade. Os Deputados estão dispostos a assumir a responsabilidade, mas é preciso esclarecer em que moldes essa responsabilidade é assumida, como disse o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD. É um documento interno ou internacional? É essa a nossa dúvida.

O Sr. **Presidente**: — Acho que não devemos estar a polemizar e discutir muito isso. Leu e muito bem, a iniciativa da reunião foi promovida pelo Presidente da República, não a iniciativa da acta como tal. A acta é o resultado da reunião, não tem nada a ver, são coisas completamente diferentes. Uma coisa é eu tomar a iniciativa de reunir o grupo, outra coisa é o resultado da reunião, e todos subscreveram. Alguém que representa um grupo mais alargado subscreveu e esse grupo deve pronunciar se está de acordo ou não.

Quando ratificamos os protocolos internacionais, a iniciativa é de quem? E não podemos mexer uma vírgula sequer. A única que dizemos é se estamos de acordo ou não. Apenas isso.

Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Boa Morte.

O Sr. **Domingos Boa Morte** (ADI): — Sr. Presidente, confesso que me custou muito entender isso e tenho muitas dúvidas, mas muitas dúvidas mesmo, sobre a expressão ratificação, porque a Assembleia Nacional não ratifica. A Assembleia aprova e o Presidente da República ratifica, para promulgação.

A minha pergunta é, o que vamos fazer? O que estamos a fazer? Estamos a aprovar ou estamos a ratificar? Nos termos do artigo 97.º, podemos observar lá que a Assembleia não ratifica, a Assembleia aprova. Ou utilizamos a terminologia correcta, e vamos ter que aprovar e mandar para o Presidente da República para ratificar, ou estamos a fazer muita confusão, e eu gostaria de ter um esclarecimento por parte da Mesa, para nos explicar o que vamos fazer.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, seria bom que apresentasse propostas concretas.

Murmúrios do ADI.

Propostas concretas para sairmos disso. Tem dúvida, apresentou solução de ratificar ou aprovar. Se aprovar tem que ir para o Presidente, para ele ratificar. Não se trata de nada para o Presidente promulgar.

O senhor sabe muito bem que não se vai enviar uma acta para o Presidente promulgar, quando ele próprio é subscritor. O que está em causa é tratar-se de um órgão colegial. Este órgão colegial deve pronunciar se está ou não de acordo com a acta que o seu representante assinou. Os senhores sabem muito bem o que é isto. Estão de acordo, tudo bem. Não estão de acordo, tudo bem. Não estamos nisso e acabou-se. Não se está a aprovar nada para enviar para o Presidente ratificar e promulgar, quando ele próprio é subscritor.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Rainho.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Acho que o Sr. Presidente deveria ter sido mais claro e concreto.

O Sr. Presidente foi ao Palácio do Povo e assinou o documento à revelia, sem o nosso consentimento e agora está a pedir-nos para legitimar. É pura e simplesmente isso.

Penso que deveria ser mais directo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se calhar tem alguma razão, mas apenas peca por não dizer em que artigo da lei ou do Regimento o Presidente deve ter a anuência dos Deputados, antecipadamente, para assinar este documento. Aí é que pecou. Pode ter alguma razão, mas gostaria que me indicasse, na lei ou no Regimento, alguma coisa que diga que para o Presidente se deslocar a uma reunião a esse nível e assinar qualquer documento deve ter previamente autorização dos Deputados.

Não vamos polemizar. Ou apresentam propostas concretas ou vamos submeter à votação, e fica resolvido o problema.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Posso, Sr. Presidente?

O Sr. **Presidente**: — Para o mesmo assunto? Já não há espaço.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Não, quero fazer uma proposta.

O Sr. **Presidente**: — Então, faça a proposta, Sr. Deputado.

O que peço é para não transformar isso num teatro ou numa espécie de jardim, porque não estamos no Carrossel.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Vamos ter calma. Estamos somente a querer perceber a pertinência do documento.

Por um lado, é de louvar a parte de o Sr. Presidente de ter-se envolvido nesse processo que é de todos nós, a reforma da Justiça, mas a nossa dúvida é em que quadro. Daí que, na minha modéstia opinião e sem ter que estar a entrar em carrosséis, não é nada disso, este documento não seria nada mais, nada menos do que dar essa informação a nós, os Deputados, de que o Sr. Presidente esteve presente num acto da actualidade, de consentimento, da envolvimento, da preocupação de todos nós. Seria só a título de informação, um expediente informativo aos Deputados, não para fazer subir ao Plenário, para ratificar ou aprovar.

Agora, estamos em dúvida. Já disse o meu colega que não ratificamos nada. Ou aprovamos ou rejeitamos, Sr. Presidente. Não se está aí a subir em carrosséis nenhuns, estamos a querer entender a essência da documentação, do envolvimento, ainda mais disse o Líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, uma acção em que esteve presente o representante internacional, alguém que faz parte das Nações Unidas ao mais alto nível da sub-região. É preciso ter cautela, para não estarmos a fazer uma coisa e depois amanhã surgir consequências mais gravosas daquilo que é a Justiça hoje, por causa disso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — A acta que aqui estamos a tentar ratificar não se enquadra com o trabalho que nós, os Deputados, devemos fazer, porquê? Quando ratificamos um documento, damos força legal ao documento, ele entra para o ordenamento jurídico são-tomense. Essa acta não vai entrar. Julgo que é uma acta de um encontro em que o Sr. Presidente participou e que nós também engajamos e tomamos conhecimento, pura e simplesmente. É um acto administrativo para a Assembleia Nacional.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Guadalupe.

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Sr. Presidente, sinceramente, ouvindo a todos, acho que há uma certa incompreensão, relativamente ao alcance deste documento.

No rol desta dúvida que surge, se calhar em todos os Grupos Parlamentares, tenho uma proposta. Na minha opinião, que retirássemos esse documento e que os Deputados fossem analisar a acta, porque muita gente não teve acesso a ela, segundo as informações que houve, e acredito que se poderia ter outra opinião relativamente a essa questão, porque assim vamos ficar permanentemente a discutir algo e daqui não sairemos.

O Sr. Presidente assinou um documento, submete-nos uma acta, mas não conhecemos o alcance desta, com que argumento vamos ratificá-la, eventualmente. Qual é o seu alcance? Qual é o papel da Assembleia, numa possível reforma da Justiça, neste domínio em que há entidades, inclusive estrangeiras, uma instituição importante? Acho que carece um pouco mais de amadurecimento. Por isso, tomar medidas agora de «ratificar» este documento, incorríamos em comentários aí na rua que, se calhar, não era bom para o Sr. Presidente, nem tão pouco para nós.

É uma opinião.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, confesso que não estou a conseguir entender esta acção. Geralmente uso um palavrão para descrever isso, que é cronofagia. Na verdade, o que estamos a fazer não é mais do que isto. É uma acção típica daquelas pessoas que adoram a cronofagia, sim. Porque, pelo menos do documento que li, a iniciativa não partiu do Presidente da Assembleia Nacional. Sua Excelência o Presidente da República convidou todos os titulares dos órgãos de soberania para o famoso encontro, diga-se de passagem, em que alguns seguimentos deste país estavam a esfregar as mãos de contente, à espera que da decisão viesse talvez a dissolução do Governo e por aí adiante.

Murmúrios e protestos do ADI.

Temos que falar a verdade!

Tal não aconteceu, mas o que se veio a saber é que o propósito era discutir profundamente a situação do País, no que diz respeito à justiça, promoção da estabilidade político-social, todos esses aspectos.

Quando votámos aqui na Assembleia Nacional, elegendo o Deputado Delfim Santiago das Neves para Presidente da Assembleia Nacional, fizemo-lo no sentido de dizer que doravante o senhor representa os 55 Deputados. Nesta senda, o Presidente da República convidou Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional para representar os 55 Deputados naquele encontro ao mais alto nível. Produziu-se uma acta. No despacho que fez sobre a acta, que nós todos, creio eu, tivemos conhecimento, ou deveríamos ter, ficou claro que, embora tendo assinado, sendo a Assembleia um órgão colegial, é fundamental que todos os Deputados abracem aquilo que está na acta que o Presidente assinou em nosso nome. Já lemos a acta. Se os Deputados não a leram, por algum motivo, isso já é outra questão. Agora, questionar a legitimidade do Presidente da Assembleia, que nós elegemos para nos representar, por ter assinado, já faz muita confusão.

Por isso, ia apresentar a seguinte proposta, Sr. Presente: submeta à votação. Quem entender que deve assumir, vota a favor e quem entender que não, vota contra, para deixarmos de cronofagia.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Líder do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, acho que todos entendemos que estamos com algumas dificuldades para avançarmos neste trabalho. É apenas para tentar encontrar uma via mais pacífica para sairmos um pouco dessa incompreensão. O texto do projecto de resolução que foi lido pelo

Secretário da Mesa precisa de ser profundamente remodelado. Agora, uma questão prevalece, o texto da resolução que nos foi lido entra em contradição com a acta que foi assinada, porque o texto da resolução nos diz que a reunião foi por iniciativa dos escritórios das Nações Unidas e a acta diz-nos que a reunião foi por iniciativa do Presidente da República. Portanto, é necessário uniformizar exatamente a linguagem em torno da iniciativa para a realização da reunião. Depois, o texto tem algumas incorrecções jurídicas, do meu ponto de vista. A expressão pode ser um bocado forte, em relação ao próprio Regimento da Assembleia Nacional, quanto ao formulário das resoluções e também quanto à Lei n.º 12/2008, que versa sobre a publicação, identificação e formulário dos actos normativos. Aí também teremos que proceder a alguns acertos técnicos.

Ora, num plano mais geral, estamos perante uma realidade que consiste em dizer o seguinte: estamos perante um documento que foi assinado pelos órgãos de soberania e este está co-assinado por um representante do Secretário-Geral das Nações Unidas. Portanto, estamos perante um documento que nos compromete interna e internacionalmente. Estamos também perante um documento sobre o qual a própria Assembleia Nacional não se pode pronunciar, porque está a comprometer o Estado.

O que sugerimos é que a Assembleia não se comprometa, nos termos em que a resolução nos foi lida: «é aprovada a acta da reunião». Acho que a nossa competência para aprovar essa acta parece-me um pouco forte. Lembro que a acta tem assinatura de dois órgãos de soberania, são dois órgãos executivos e a assinatura de um órgão de soberania, que é a Assembleia Nacional, que estamos aqui a ver, a procurar a legitimidade para essa assinatura aqui dentro. Portanto, se aprovarmos a acta, estaremos a aprovar a assinatura de dois órgãos, que são órgãos de soberania. A aprovação dos tratados internacionais, se considerarmos esse documento como um tratado internacional, porque tem a assinatura de um representante da ONU, aí sim, nos termos daquilo que diz o artigo 97.º alínea j), deve entrar na Assembleia pelas mãos do Governo, para ser aprovado aqui. De qualquer das formas, como disse, estamos perante uma situação objectiva e concreta, que consiste em honrar a palavra dada pelos nossos órgãos de soberania, no plano internacional. Não podemos ferir esta realidade.

O que sugiro, aliás, aqui estou a falar em nome do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, não estou mais a falar em meu nome pessoal, no artigo 1.º, «A Assembleia congratula-se com os compromissos da acta da reunião sobre os desafios da Justiça para o século XXI, realizado por iniciativa do Presidente da República».

No artigo 2.º, que «A Assembleia, no quadro das suas competências (...)», repito, «no quadro das suas competências e no quadro da Constituição e das leis, disponibiliza-se para viabilizar as iniciativas de reforma da Justiça». Aproveito para lembrar que não é a única iniciativa que existe em matéria da reforma da Justiça. Existem outras em curso. Portanto, estamos num momento de compatibilização, de ajustamentos de muitas iniciativas nessa matéria.

Portanto, esta é a posição do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD. Um, congratular-se com a iniciativa. Dois, disponibiliza-se para apoiar.

Quando entrarmos na discussão, na especialidade, daremos as nossas contribuições para a reformulação da redacção da resolução.

O Sr. **Presidente**: — Há mais intervenções?

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cílcio dos Santos.

O Sr. **Cílcio Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Caros Colegas: Faço a minha intervenção, não para ferir da eficácia do documento do instrumento como tal, a acta, mas dos compromissos engajados pelos órgãos de soberania.

O assunto é deveras importante, todos aqui falamos da reforma da justiça, é um assunto que nos preocupa a todos e a questão a saber neste momento é se estamos de acordo com o teor dos compromissos engajados entre os órgãos de soberania. É um documento que não tem uma eficácia externa, é um documento que não vem no âmbito do direito internacional público, é um documento nosso da Assembleia. Ou engajamo-nos na reforma, ou não!

É essa a questão.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, estamos perante três propostas sobre a Mesa: uma que pede a retirada do documento, que vem do Deputado do Grupo Parlamentar do ADI; a proposta do Líder Parlamentar do MLSTP/PSD é a reformulação da proposta de resolução, portanto, poderemos ver durante a discussão na especialidade, e agora levanta uma outra questão, não sei se é para reformular também a proposta de resolução, que poderemos ver durante a discussão na especialidade, segundo a sua intervenção.

O Sr. **Cílcio Santos** (MLSTP/PSD): — A minha intervenção vai mesmo nesse sentido, de melhorarmos o texto, mas é claro que a Assembleia comunga dos preceitos dos engagements constantes na acta.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. Então, durante a feitura da redacção, poderemos incluir essa parte num dos artigos, sobretudo no primeiro.

Portanto, vamos submeter à votação a proposta de retirada? Sr. Deputado Alexandre, mantém a sua proposta?

O Sr. **Alexandre Guadalupe** (ADI): — Ouvindo os outros colegas, retiro a minha proposta.

O Sr. **Presidente**: — Sendo assim, vamos submeter a proposta de resolução à votação, na generalidade, e, aquando da especialidade, vamos fazer os acertos necessários.

Submetido à votação, foi aprovado, com 28 votos a favor e 22 abstenções.

Vamos apreciar na especialidade. Já há uma correcção quanto ao preâmbulo, proposta vinda do Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD, pelo que lhe dou a palavra para fazer a sua apresentação.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, sugeri e vou apresentar uma outra proposta de redacção para o preâmbulo: «No quadro das acções para a reforma da Justiça, realizou-se no Palácio do Povo, em 17 de Setembro do corrente ano, por iniciativa do Presidente da República Evaristo do Espírito Santo Carvalho, uma reunião consagrada aos desafios da Justiça para o século XXI.

A reunião, designada de alto nível, contou, dentre outros convidados, com a participação dos representantes dos órgãos de soberania, bem como o representante para a África Central do Secretário-Geral das Nações Unidas». Aqui porquê? Porque o texto da iniciativa vem do escritório das Nações Unidas, não sei se houve um erro ou lapso. Depois, o texto fala-nos de altos dignatários dos órgãos de soberania. Esta é uma expressão jornalística, eu preferia utilizar a expressão normativa que é «representantes dos órgãos de soberania».

Risos dos Srs. Deputados José António Miguel e Domingos Boa Morte.

Depois o texto nos diz «representante do Secretário-Geral da ONU para África Central (...)». Quem não está dentro do assunto fica com a sensação de que há uma ONU para a África Central. Portanto, para a África Central há um representante do Secretário-Geral da ONU.

Sr. Presidente, é para a introdução dessas correcções e também para dizer que não é a única iniciativa em matéria da reforma da Justiça que temos em vista. Há outras, esta é uma delas.

O Sr. **Presidente**: — Poderia submeter à Mesa a proposta?

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sim, mas ainda não acabei. Posso concluir até o fim?

O Sr. **Presidente**: — Sim, mas temos que aprovar primeiro o preâmbulo.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sim, é só no preâmbulo, porque tenho outras propostas. «...tendo os participantes, no final da mesma (...)», aqui diz «rubricado», não rubricaram, assinaram.

Risos dos Srs. Deputados José António Miguel e Domingos Boa Morte.

Portanto, «...assinada uma acta dos resultados, onde se encontram espelhados os compromissos assumidos entre as partes», colocaria aqui um ponto final.

«Havendo a necessidade de adoptá-la, nos termos da lei (...)», acho que a lei não manda adoptar isto!

Risos dos Srs. Deputados José António Miguel e Domingos Boa Morte.

Portanto, concluiria a frase aqui, «entre as partes», ponto final, e suprimia a palavra «rubricado» por «assinado».

Agora, a parte final da introdução, «recorrendo ao artigo 266.º do Regimento e ao artigo 12.º n.º 4 da Lei n.º 12/2008, a Assembleia Nacional (...)», as resoluções da Assembleia Nacional não decretam, quando muito resolvem...

Risos dos Srs. Deputados José António Miguel e Domingos Boa Morte.

Portanto, sugiro que fique, «A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:».

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado pela contribuição.

É preciso entender que a Mesa não faz resolução, são os serviços técnicos da Assembleia que a preparam. Esses sorrisos cínicos querem mandar indirectas de que a Mesa fez coisas erradas. A Mesa não prepara resoluções, que fique bem claro!

Murmúrios do ADI.

Há mais contribuições?

Pausa.

Não sendo o caso, não tendo ainda o texto final, podemos votar o preâmbulo, com as alterações introduzidas, enquanto o Sr. Deputado prepara o texto. Todos entenderam o sentido do texto de alteração? Há alguma dúvida? Podemos submeter à votação com as alterações introduzidas?

Afirmaram, acenando com a cabeça.

Então, vamos votar o preâmbulo.

Submetido à votação, foi aprovado, com 28 votos a favor e 21 abstenções.

Está aprovado o preâmbulo e aguardamos o texto.

Artigo 1.º.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, para o artigo 1.º, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD sugere que, o preâmbulo termina, dizendo «A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:». Artigo 1.º. «Congratular com os compromissos da acta da reunião sobre os desafios da Justiça para o século XXI, realizada por iniciativa do Presidente da República.»

O Sr. **Presidente**: — Estamos a apreciar o artigo 1.º.

O Sr. Deputado Cílcio Santos tinha também uma proposta. Era no mesmo artigo?

O Sr. **Cílcio Santos** (MLSTP/PSD): — Sim, está conforme a proposta do meu Líder Parlamentar.

O Sr. **Presidente**: — Então, Srs. Deputados, podemos aprovar com as alterações introduzidas? Enquanto o Sr. Deputado submete à Mesa a proposta de alteração, podemos votar o artigo 1.º?

Afirmaram, acenando com a cabeça.

Sendo assim, vamos votar o artigo 1.º.

Submetido à votação, foi aprovado, com 28 votos a favor e 21 abstenções.

Há um novo artigo 2.º, segundo a proposta do Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro Couto.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — É em nome do Grupo Parlamentar.

«Artigo 2.º. A Assembleia Nacional resolve, no quadro das competências da Constituição e das leis, tudo fazer para viabilizar as iniciativas de reforma da Justiça.»

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Da, conjunção da preposição «de» mais o artigo definido feminino «a».

Risos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Há um novo artigo 2.º, proposta do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD. Está entendido?

Afirmaram, acenando com a cabeça.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Está entendido, mas estão a abster-se!

Risos da Mesa, do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Portanto, há um novo artigo 2.º, que também aguardamos que chegue à Mesa para a aprovação final global.

Srs. Deputados, não havendo qualquer objecção, vamos votar o artigo 2.º.

Submetido à votação, foi aprovado, com 28 votos a favor e 22 abstenções.

Posto isto, vamos votar o artigo 3.º, anterior artigo 2.º, «Entrada em vigor. A presente resolução entra imediatamente em vigor.»

Submetido à votação, foi aprovado, com 28 votos a favor e 21 abstenções.

Aguardamos as propostas de alteração, para a votação final global e para entregar aos técnicos.

Pausa.

Srs. Deputados, há a sugestão de que se aprove a resolução em votação final global, com as alterações introduzidas, enquanto o Líder Parlamentar está a redigir o texto. Assim podemos proceder?

Afirmaram, acenando com a cabeça.

Sendo assim, vamos passar à votação final global, com as alterações introduzidas.

Submetido à votação, foi aprovado, com 28 votos a favor e 21 abstenções.

Passemos ao ponto seguinte.
Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Arlindo Barbosa): — De acordo a agenda, o sexto ponto da ordem do dia e último é a aprovação do projecto de resolução n.º 56/XI/2.ª/2019, que autoriza o Sr. Deputado António Monteiro Fernandes a prestar declarações na Procuradoria-Geral da República (PGR). Trata-se de um pedido do Procurador-Geral da República, baixado à 1.ª Comissão, para efeitos do competente parecer.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, a Mesa recebeu um pedido da PGR, submeteu à apreciação da 1.ª Comissão e vamos pedir que a 1.ª Comissão faça a apresentação do parecer.

O Sr. **Cílcio Santos** (ADI): — O Sr. Deputado Deolindo da Mata.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Deolindo da Mata.

O Sr. **Deolindo da Mata** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sras. e Srs. Deputados, passo a ler o parecer sobre o pedido de autorização.

«Parecer sobre o pedido de autorização para audição do Deputado António Monteiro Fernandes, na qualidade de arguido.

Introdução. Por despacho de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Nacional, foi baixada à 1.ª Comissão Especializada Permanente, para análise e parecer, a solicitação de autorização para audição do Sr. Deputado António Monteiro Fernandes.

Neste sentido, a Comissão reuniu-se extraordinariamente no dia 7 do corrente mês para, dentre outros assuntos, proceder à análise do referido documento e indigitar o relator, nos termos da alínea e) do n.º 3 da Resolução n.º 4/XI/2018 – Elenco e Competência das Comissões Especializadas Permanentes para XI Legislatura.

Enquadramento Legal. Depois da análise e apreciação do referido pedido, verificou-se que o mesmo se enquadra nos termos do artigo 11.º, do Estatuto dos Deputados.

Objecto. O presente parecer incide sobre a solicitação de autorização para audição do Sr. Deputado António Monteiro Fernandes.

Da análise em concreto. Correm termos no Ministério Público uns autos registados sob o n.º 637/2018, em que é suspeito, o Sr. Deputado António Monteiro Fernandes, por alegada prática do crime de fraude fiscal e abuso de confiança, previsto e punido pelo artigo 273.º do Código Penal vigente, para que o Deputado seja ouvido como arguido, preceitua o n.º 2 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados, Lei n.º 8/2008, de 10 de Setembro, o seguinte: «Os Deputados não podem ser peritos, testemunhas, nem ser ouvidos como declarantes ou arguidos sem autorização da Assembleia, sendo obrigatória a decisão, no segundo caso, quando houver fortes indícios de prática de crime punível com pena maior.»

Assim, a Procuradoria-Geral da República solicitou autorização para que o Deputado em referência, António Monteiro Fernandes, preste declarações, na qualidade de arguido.

Assim, a 1.ª Comissão reuniu no dia 8 do corrente, de acordo ao n.º 3 do artigo 11.º do Estatuto dos Deputados, para ouvir o Deputado, tendo o mesmo se manifestado totalmente disponível.

Conclusão. Sendo assim, a Comissão recomenda à Mesa da Assembleia Nacional que seja submetida ao Plenário, para os devidos efeitos.

São Tomé, 11 de Outubro de 2019.

O Presidente, Cílcio dos Santos.

O Relator, Danilo dos Santos.»

O Sr. **Presidente**: — Após a leitura do parecer, vou pedir ao Sr. Secretário para fazer a leitura do projecto de resolução.

O Sr. Deputado não estava presente, mas como foi lido no parecer, esteve presente na Comissão, onde manifestou a sua disponibilidade para colaborar com a Justiça.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Eláccio da Marta): — Sr. Presidente, passo à leitura do «Projecto de resolução n.º 56/XI/3.ª/2019 – Autorização para o Sr. Deputado António Monteiro Fernandes ser ouvido, na qualidade de arguido, no Ministério Público.

Preâmbulo.

Tendo o Ministério Público, mediante o ofício n.º 159/GPGR/2019, de 27 de Setembro, solicitado à Assembleia Nacional que o Sr. Deputado António Monteiro Fernandes, do Movimento dos Cidadãos Independentes (MCI), esteja presente naquela instituição, para ser ouvido na qualidade de arguido, por alegada prática do crime de fraude fiscal e abuso de confiança fiscal;

Considerando que, em estrita obediência ao estabelecido no artigo 11.º da Lei n.º 08/2008, Estatuto dos Deputados, a 1.ª Comissão Especializada Permanente da Assembleia Nacional ouviu previamente o referido Deputado, que se manifestou disponível em ir prestar declaração, de acordo com a solicitação.

A Assembleia Nacional resolve, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º. Autorização.

É autorizado o Sr. Deputado António Monteiro Fernandes, do Movimento dos Cidadãos Independentes (MCI), para prestar declarações, na qualidade de arguido, nos autos do Processo n.º 637/2018 que corre seus termos no Ministério Público.

Artigo 2.º. Entrada em vigor.

A presente resolução entra imediatamente em vigor.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 10 de Outubro de 2019.

O Presidente da Assembleia Nacional, *Delfim Santiago das Neves.*»

O Sr. **Presidente**: — Estamos a apreciar o projecto de resolução, na generalidade.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI): — Sr. Presidente, tomo a palavra, em nome do António Monteiro, não estando aqui presente, pediu-me para informar, por causa da situação da dor de estômago, desde ontem, e esta manhã não se levantou bem-disposto. Por isso, far-se-á acompanhar de justificação médica para justificar a sua ausência nesta sessão plenária de hoje. Diz que está disposto a colaborar com a Justiça.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Eu fico com alguma dúvida, relativamente ao procedimento de autorização do Deputado António Monteiro. É porque não sei se estou a interpretar bem o artigo 11.º, número 5, que define claramente em que condição a Assembleia autoriza o Deputado a prestar declarações no Ministério Público ou outra entidade judicial. Aqui fala de votação secreta. Não sei se estou a perceber bem o que se está a fazer.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado: Há várias interpretações. Aliás, chamei o Vice-Presidente para trocar algumas prosas com ele sobre esse assunto. Nós temos vindo, cada um a interpretar da sua maneira. Na óptica dalguns juristas, também a cometerem alguns erros, o artigo 11.º diz claramente: 'No caso em análise tem o enquadramento n.º 2 e 3; onde diz que os deputados não podem ser peritos, testemunhas, nem ser ouvidos, como declarantes, arguidos, sem autorização da Assembleia, sendo obrigatório a decisão de autorização no segundo caso, quando houver fortes indícios de crime punível de pena maior.

O n.º 3 diz: «A decisão prevista no ponto anterior é tomada em Plenário, procedida de audiência de deputado, com o parecer da Comissão competente em razão da matéria. »

O Deputado foi ouvido na Comissão, a Comissão produziu um parecer, está submetido ao Plenário para votação através de uma resolução.

O ponto 4 e 5 são passos seguintes: são passos diferentes. O ponto 4 diz: «Provido procedimento criminal, quer dizer que é já uma fase de acusação em que o juiz é que vai ouvir o deputado. Nestes casos, a votação é secreta. Porque é levantamento de imunidade. No ponto 5, pese embora, pode haver outras interpretações que, mesmo no primeiro caso, já é levantamento de imunidade. Não é o caso! Nesta fase, não se está a levantar imunidade ao Deputado. Ele vai ser ouvido no Ministério Público, com sua imunidade parlamentar. Se o processo prosseguir e houver acusação, o Juiz, aí sim, pode pedir...

Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton do Rosário.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Não sendo eu jurista, o que percebi da leitura do projecto de resolução é que o Deputado vai ser ouvido na qualidade de arguido. Alguém pode me tirar a dúvida sobre esta matéria? Se alguém entrar na Procuradoria-Geral da República como arguido, pode sair de lá preso?

Uma voz: — Claro!

O Sr. **Presidente:** — Pode sair como declarante.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Eu não sei se não estamos a...
Fica-me uma dúvida...

O Sr. **Presidente:** — O arguido tem a ver com aquilo que o Ministério Público entende de fortes indícios. Ele pode ir como arguido, mas depois de ser ouvido, sair de lá como declarante...

Murmúrios do ADI.

Quem está a falar tem exemplos claros e pessoais.

O Deputado só pode ser preso, detido, quando se lhe levantar a imunidade. Não é o caso!

Por outro lado, quero aqui informar que, no âmbito de boas relações com o Ministério Público e das reformas que estamos a introduzir, para também resgatar a credibilidade da Assembleia Nacional, ficou acertado nos mesmos moldes. O Ministério Público, quando quer ouvir um ministro sobre alguma situação, desloca-se ao gabinete do ministro. No caso do Deputado, também preparamos cá uma sala, o que foi muito bem visto e acolhido pelo Procurador-Geral da República, e o Deputado será ouvido cá na Assembleia, numa sala reservada, o Procurador e o Deputado em causa, sem acesso aos media, a não ser que seja autorizado pelos Procuradores, com toda a tranquilidade e condições. Se, eventualmente, o processo prosseguir, aí sim, o Deputado se deslocará aos Tribunais. Nesta fase de instrução preparatória, a nível da Procuradoria-Geral da República, ficou acertado com o Sr. Procurador-Geral que o Deputado será ouvido aqui na Casa Parlamentar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Amaro Couto.

O Sr. **Amaro Couto** (MLSTP/PSD): — É só para tentar exprimir um sentimento acerca da interpretação do n.º 5 do artigo 11.º. É que esse n.º 5 começa por dizer o seguinte: «A decisão prevista no presente artigo...». Neste mesmo artigo, nós já temos outro tipo de decisão, no n.º 3. E aqui no n.º 3 remete precisamente para a decisão do ponto 2. E no n.º 5 remete para a decisão, no âmbito deste artigo. Quer dizer que o voto é mesmo secreto, tanto na decisão do n.º 3 como do n.º 5.

O Sr. **Presidente:** — Vamos tomar uma decisão. A Mesa não se opõe que seja voto secreto ao votar o projecto de resolução. Na perspectiva daquilo que está a dizer a Lei, acho que tem havido um erro no artigo 5.º. O legislador quis dizer «a decisão prevista no artigo anterior», mas colocou «no presente artigo».

Murmúrios.

Portanto, pôs e abarcou tudo. Para cada caso, como a forma de decisão é no Plenário, só que, por um lado, é uma autorização, por outro lado, movido processo criminal, já não é só uma autorização, é o levantamento da imunidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aérton.

O Sr. **Aérton do Rosário** (MLSTP/PSD): — Quando eu levantei a questão, o espírito não é de condicionar a presença do Deputado na Procuradoria-Geral da República, mas porque me surgiu dúvidas, do ponto de vista processual, sobre aquilo que nós estamos aqui a fazer, para não abirmos precedentes. Já tive experiência, em sede da 1.ª Comissão, aquando de um outro deputado que tinha necessidade, a Procuradoria também solicitou a sua presença, para ser ouvido como declarante, e, naquele dia, ouvi juristas dizerem que já se tinha que levantar a imunidade, tinha que ir para a cadeia.

Eu levanto esta questão, para ficar claro, quando o Deputado é solicitado para ser ouvido, o que é que a Assembleia deve fazer no concreto. A gente interpreta bem, para que fique claro, conforme vem estipulado no Regimento da Assembleia e no Estatuto dos Deputados, para que depois não haja decisões diferentes para casos iguais. Era preciso clarificar esta situação.

Neste caso em concreto, o próprio Deputado já manifesta interesse e disponibilidade de lá ir. Sendo assim, se o Deputado entra como arguido e não vai ser detido, aí sim, eu julgo que podemos facilitar, sem recorrer ao voto secreto. Na retirada de imunidade, sim, tem-se que fazer o voto secreto.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Cílcio Santos.

O Sr. **Cílcio Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, gostaria de dar uma ajuda. Se de facto formos por uma interpretação declarativa e objectiva deste artigo, nós teríamos que ir por voto secreto. Mas a interpretação pode ser extensiva. Por quê? O n.º 3 deste artigo fala em relação ao n.º 2 e o n.º 5 do mesmo artigo fala em relação ao n.º 4. Houve, sim, um lapso do legislador ou de redação. Em vez de colocar «no número anterior», pôs «no presente artigo» e abrangeu todos os números. Se formos para a interpretação extensiva, o que quer dizer o n.º 5, refere-se ao n.º 4.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, apenas sobre esta matéria, não queria usar da palavra.

Como várias vezes já disse aqui, não quero pertencer mais a essa forma de se fazer política em São Tomé e Príncipe, já deixei isso bem claro. Eu só peço a palavra porque, na intervenção do Deputado Aérton, este fez referência a um jurista da 1.ª Comissão. Bem, não sei se falou da 1.ª Comissão, mas falou da Comissão, e essas matérias são discutidas na 1.ª Comissão e, desde que fui Deputado, em 2010, sou membro da 1.ª Comissão.

Na Legislatura passada, eu fui o único Jurista, em 55 Deputados. Havia uns que foram eleitos, mas por questões de incompatibilidade deixaram de ser Deputados. Logo, o único jurista, na Legislatura passada, dos 55, fui eu. O Deputado, ao fazer referência a um jurista, penso, directamente estaria a referir-se a mim. Se não for, não faz mal, mesmo assim, estou no uso da palavra e vou aproveitar para dizer o seguinte: quando o Presidente me chamou, de facto, ele já disse, pediu a minha opinião, como Jurista, a minha interpretação. Eu digo isto para os meus detratores não dizerem: «vê ele lá com o Presidente. Está comprado por 60 000 euros, 50 000 euros e essas coisas todas...

Risos gerais.

Bom, isto é para dizer o quê? Que eu disse ao Presidente o mesmo, que eu não mudo de opinião. Eu sou homem coerente, principalmente na minha forma de pensar. E, como Jurista, eu sou de opinião diferente a do Presidente e mantenho a minha posição diferente. E é isso que eu disse ao Presidente. Pelo facto de ser agora oposição, estar na oposição, não vou mudar de opinião sobre esta matéria que, ao meu ver, nenhum deputado pode ser ouvido pelo Magistrado, sem perder a imunidade. Esta é a minha opinião. Para um Deputado ser ouvido pelo Magistrado, tem que perder a imunidade, porque ele não pode ser incomodado sequer. E ser ouvido por um magistrado, ainda mais, quando o Ministério Público pede a presença desse deputado como arguido, ele não pode ter imunidade.

Eu continuo com a minha interpretação jurídica sobre esta matéria. Como o Presidente já disse, isto foge até à Casa Parlamentar. Já houve muitos deputados seniores, sobre esta matéria, que tiveram interpretações diferentes da minha. Pronto, mas é a minha interpretação, sou coerente e continuo a manter a minha posição.

Quando, no passado, eu havia dito isto, em nenhum momento eu referi que ia para a cadeia. Eu disse que tem que responder na Justiça, sem a imunidade parlamentar. E eu continuo a manter essa mesma postura. Não sou eu que vou dizer que vai para a cadeia. Quem diz é o Magistrado, o Juiz.

Agora, o que eu disse hoje ao Presidente Delfim Neves, enquanto Deputado e como todos os outros, eu continuo a manter a minha posição. Se eu disse uma frase, também volto a dizê-la aqui: «quem não deve, não teme!» Disse ao Presidente Delfim e digo hoje para o companheiro Deputado António Monteiro. Espero que ele vá, já que manifestou a disponibilidade de colaborar com a Justiça, e prove que não tem nada a temer. Espero que a Justiça também seja isenta, imparcial e que se faça a justiça. Isto é que é fundamental e sem muita confusão.

Logo, qualquer um deputado aqui que for chamado, não pode ter medo, não pode esconder-se na capa da imunidade, porque nós somos representantes do povo. Nós não somos extraterrestres, uma pessoa especial, que tem que ter receio ou medo de ser chamado à justiça. Quando nós ficamos doentes, temos de ir ao médico, e assim sucessivamente. Se nós cometermos algum erro e a justiça for feita, vamos para a cadeia, porque a cadeia não foi feita para bichos, para animais. Foi feita para pessoas! Agora, cada um assume as suas responsabilidades.

Aproveito também para, publicamente, elogiar o papel e o trabalho que a Mesa da Assembleia tem feito. É verdade que eu sou membro da Mesa da Assembleia, Vice-Presidente, mas falo em particular do Presidente Delfim Neves que, de facto, sobre essa matéria, ninguém lhe pode acusar de não tentar resgatar a dignidade da função de deputado.

Essa interpretação de que, nesta fase, ainda não é levantamento da imunidade, é a sua interpretação, e por causa dessa sua interpretação, ele defende que qualquer deputado, ao ser ouvido, tenha que ser feito na Casa Parlamentar, o que é de louvar. São essas medidas que, publicamente, temos que elogiar. Não gostam que elogie, mas eu o faço, como condeno quando eu tenho que condenar. É assim que eu estou na política, é assim que eu vou continuar a estar, enquanto estiver na política, e é assim que eu sou na vida, para quem me conhece. Aqueles que dizem que eu sou comprado, não conhecem a minha personalidade, a minha dignidade. Aí de mim, se alguém me comprasse. Eu não teria a voz que eu tenho, nesta República. Ninguém me compra, ninguém compra a minha consciência!

O Sr. **Presidente**: — Já ouvimos várias interpretações, a Mesa entende que, nesta fase, podemos votar uma resolução que autoriza o Deputado a ser ouvido pelo Procurador do Ministério Público. Se prosseguir para o ponto 4, como diz claramente a Lei, aí sim, vamos autorizar, através do voto secreto, porque aí é o levantamento da imunidade, mas o Plenário é soberano. Se se entender que devemos votar através do voto secreto, não há problema. Aliás, já estão cá os boletins. Nós viemos preparados para uma coisa ou outra, mas, na nossa interpretação, pensamos que nesta fase é só votar a resolução.

Podemos passar para a fase de votação apenas da resolução?

Penso que não há nenhuma objecção que autorizemos, através de uma resolução. É isto? Não há nenhuma objecção?

Vozes: — Não.

O Sr. **Presidente:** — Então, vamos apreciar o projecto de resolução, que já foi lido, vou submetê-lo à votação, na generalidade.

Submetido à votação, foi aprovado, com 29 votos a favor e 20 abstenções.

Vamos submeter à votação na especialidade.

Há um erro: «Tendo o Ministério Público, mediante o ofício (...) solicitado à Assembleia Nacional que o Sr. Deputado António Monteiro Fernandes, do Movimento Cidadãos Independentes, seja ouvido na qualidade (...), por esta instituição...». devia ser «...seja ouvido por esta instituição judicial, na qualidade de arguido, por alegada prática de crime de fraude fiscal e abuso de confiança...». Portanto, substituir «esteja presente naquela instituição». Já que decidimos que seja ouvido aqui, não podemos dizer que seja ouvido naquela instituição. Seja por esta instituição judicial ou por essa?

Vozes: — Esta.

O Sr. **Presidente:** — Não! Ele é ouvido pelo Procurador, só é o edifício. Na qualidade de arguido, pronto, só isto.

Mais alguma correcção ao preâmbulo?

Também foi corrigido o seguinte: «...considerando, em estrita obediência ao estabelecido nos n.ºs 2 e 3 do artigo 11.º.»

Vamos submeter o preâmbulo à votação, com a alteração introduzida.

Submetido à votação, foi aprovado, com 29 votos a favor e 20 abstenções.

Mais um acréscimo ao artigo 1.º. «É autorizado o Sr. Deputado António Monteiro Fernandes, do Movimento de Cidadãos Independentes, para prestar declarações, na qualidade de arguido, nos autos do processo n.º 637/2018, que corre seus termos no Ministério Público, devendo-se apresentar na sala de audiências da Casa Parlamentar, assim que for notificado pelo Ministério Público, no dia e hora estabelecidos.»

Mais alguma contribuição?

Não é o caso, então vamos submeter à votação o artigo 1.º, com a alteração introduzida.

Submetido à votação, foi aprovado, com 29 votos a favor e 20 abstenções.

Artigo 2.º, entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado, com 29 votos a favor e 20 abstenções.

Passemos à votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado, com 29 votos a favor e 20 abstenções.

Portanto, está aprovado o projecto de resolução que autoriza o Sr. Deputado a ser ouvido pelo Ministério Público.

Estava prevista uma sessão de trabalho, hoje, mas pelo horário já não será possível. Podemos programar para amanhã às 10 horas, na sala 213.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Apenas para informar às Sras. e aos Srs. Deputados, aqueles que querem ser membros da PGA, que vamos ter uma reunião na quinta-feira, às 14 horas e 30 minutos, na cave, mas aqueles que querem receber já a ficha de inscrição podem dar-me os seus *e-mails*, para eu enviar a ficha de inscrição.

O Sr. **Presidente:** — Quem quiser pedir mais esclarecimento sobre a PGA, o Sr. Vice-Presidente tem um gabinete cá na Casa Parlamentar, podem dirigir-se ao gabinete, para saber mais sobre essa organização.

Declaro encerrada a sessão.

Eram 16 horas e 45 minutos.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento **d'Oliveira**

Celmira de Almeida do S. dos Santos Lourenço

José da Graça Diogo

Movimento de Cidadãos Independentes

António Monteiro Fernandes